

# A ORIGEM DA UNIVERSIDADE DE PARIS (I).

*RUY AFONSO DA COSTA NUNES*

Assistente do Setor de Filosofia e História da Educação.  
Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia,  
Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

"Je crois ... que c'est seulement en étudiant avec soin le passé que nous pourrions arriver à anticiper l'avenir et à comprendre le présent, et que, par suite, une histoire de l'enseignement est la meilleure des écoles pédagogiques".

Durkheim, *L'évolution pédagogique en France*, pág. 12-13.

## CAPÍTULO I.

### QUESTÕES INTRODUTÓRIAS.

#### I

O objetivo desta monografia é examinar a origem da Universidade de Paris.

Foi no princípio do século XIII que a Universidade começou a organizar-se. Em 1200, por um privilégio outorgado por Filipe Augusto, a corporação dos professores e dos estudantes de Paris passou a reger-se pela jurisdição eclesiástica, furtando-se dessa maneira ao fóro civil. Em 1215, Roberto de Courçon, legado pontifício, concedeu ao *studium* parisiense seus primeiros estatutos oficiais. Se tais medidas constituíram o início da organização jurídica da Universidade, foram, por outro lado, o remate de um lento processo de formação. Mas, como decorreu esse movimento germinativo da Universidade de Paris? Que condições o prepararam e que fatores contribuíram para sua gênese e desenvolvimento?

Essa, a questão que me proponho a examinar.

Não me interessa, por conseguinte, estudar a expansão, o apogeu da Universidade nos séculos XIII e XIV, nem pretendo perquirir a origem de outras universidades.

A Universidade de Paris, como já se observou, ainda está à espera de seu historiador. Enquanto isso não ocorre, êste ensaio pode ser apreciado com indulgência, pois não passa de cometimento despretensioso, tendo a ampará-lo o socorro das boas obras de referência. Entretanto, confesso ter envidado todos os esforços para chegar às fontes. Para isso consultei os autores do século XII que pude haver à mão, só não recorrendo a uma fonte de primeira ordem, como o *Chartularium Universitatis Parisiensis*, por tratar-se de obra que se não encontra em nosso meio e a meu alcance. Restou-me, todavia, o consôlo de poder utilizar a obra de Denifle (1), um dos compiladores do *Chartularium*, e que fornece referências a manuscritos não editados até hoje.

Isto posto, fica assentado que a época por mim considerada neste trabalho, abrange o século XII, século em que se reuniram as condições e se integraram os fatôres que permitiram a organização da Universidade de Paris, cidade que “fornece com as Artes os pães que alimentam os fortes” (2), Paris, a “cidade feliz”, que no dizer de Filipe de Harveng (3), pode merecidamente ser chamada *civitas litterarum*, a cidade das letras, Paris, que aparecia a Guilherme, o Bretão (4), como “a mestra do mundo inteiro”.

## II

Para quem estuda a história do século XII e verifica as transformações da vida social e política, o progresso das idéias filosóficas, a renovação da vida religiosa, o aparecimento da literatura vernácula, a eclosão de novos estilos artísticos, a inauguração de novas instituições, enfim, para quem examina de ânimo desprevenido a intensidade da vida e as grandes mudanças da época, não resta dúvida de que houve um “renascimento” do século XII, ainda mais pela atenção, que no plano do espírito, se dedicou às obras do pensamento antigo. Pode-

(1). — Denifle (Heinrich), *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400*, Graz, Akademische Druck. U. Verlagsanstalt, 1956, 814 págs.

(2). — “In morbis senat medici virtute Salernum.

Aegros. In causis Bononia legibus armat.

Nudos. Parisius dispensat in artibus illos

Panes, unde cibatur robustos. Aurellianis

Educat in cunis autorum lacte tenellos”.

Geoffroy de Vinsauf, *Poetria Nova*, v. 1008-1012. Apud Paré, Brunet, Tremblay, *La Renaissance du XIIIe Siècle, Les Ecoles et l'Enseignement*, Refonte complète de l'ouvrage de G. Robert (1909), Paris, Libr. Philosophique J. Vrin, 1933, 324 págs.

(3). — Philippus de Harveng, *Epistola III, Philippi ad Heroaldum*, P. L. (Migne), T. 203, cl. 31 C.

(4). — Filipda, I. v. 100-101 apud Halphen, *Les origines de l'Université de Paris in "Aspects de l'Université de Paris"*, Editions Albin Michel, Paris, 1949, 266 págs.

se asseverar mesmo, com Gilson (5), que se não houve ciência medieval propriamente dita, houve certamente um humanismo medieval, elemento essencial da Idade Média, e do qual o do Renascimento não passou, sob certos aspectos, de continuação e de desabrochamento. Por isso, parece-me ocioso estar-se a discutir se houve ou não houve renascimento no século XII, se o que houve não foi renascimento, mas “Renovação ou Florescimento ou Despertar, Réveil, Revival, etc.” (6). De fato, existe na História um Renascimento por antonomásia, o ribombante acontecimento cultural do início da Idade Moderna. Nada impede, entretanto, que se denominem de renascimento outros acontecimentos de nomeada no plano cultural, que tenham empolgado a uma época inteira na história de certos povos. Isto equivale a reconhecer que o termo *renascimento* possui uma conotação sociológica, que lhe permite exprimir certos fenômenos dinâmicos globais de renovação das estruturas sociais, especialmente ligadas a uma retomada da tradição clássica e a um projeto de arranque cultural. A expressão renascimento, então, é equissonante com o “tempo-eixo” a que se refere Jaspers (7), se lhe retirarmos o ca-

(5). — *Essais d'Art et de Philosophie*, Etienne Gilson, *Les Idées et les Lettres*, Deuxième édition, Librairie Philosophique J. Vrin, Paris, 1955, 298 págs. Sôbre o humanismo medieval consulte-se ainda: Gerald G. Walsh, S. J., *Humanismo Medioeval*, Buenos Aires, La Espiga de P. Oro, 1943, 155 págs.; *Les Classiques de l'Humanisme*, Paul Renucci, *L'Aventure de l'Humanisme Européen au Moyen-Age* (IVE-XIVE siècle) — I — Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1953, 266 págs., I, chap. II, pag. 68.

(6). — Cf. William A. Nitze, *The So-called Twelfth Century Renaissance*, in “*Speculum*”, A Journal of Mediaeval Studies, Vol. 23, number 3, July 1948, págs. 464-471: “There are some of the reasons why, as a mediaevalist, I prefer to render unto Cesar the things that are Caesar's and to leave the term *Renaissance* to the Renaissance”; Frederick Eby and Charles Flinn Arrowood, *The History and Philosophy of Education Ancient and Medieval*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1960, 966 págs., Chap. 16, *The Flowering of the Middle Ages*, pag. 715; *Histoire de la Spiritualité Chrétienne* — II — Dom Jean Leclercq, Dom François Vandebroucke, Louis Bouyer, *La Spiritualité du Moyen Age*, Paris, Aubier, 1961, 718 págs., 2e. Partie, Ch. I, pag. 275: “Il faut donc parler de réveil plutôt que de renaissance du XIIIe siècle”; Paul Renucci, *obr. cit.*, chap. II, pag. 54; por fim, Johan Nordström, *Moyen Age et Renaissance, Essai historique*, Paris, Publications du Fonds Descartes, Librairie Stock, 1933, 238 pag., referindo-se apenas a “renovação da cultura” e ao humanismo do século XII em França, consagra todo o livro a redarguir à tese de Burkhardt, procedente da velha teoria dos humanistas: “barbárie da idade média e regeneração da cultura pelo renascimento das artes e das ciências na Itália”, pag. 22. Segundo Nordström (*Avant-propos*, pag. 8), “Pour apprécier exactement la nature et l'importance de la Renaissance italienne, il importe de la considérer comme un moment dans l'évolution continue d'un ensemble de civilisation européen. La Renaissance italienne n'est pas une victoire remportée sur le “moyen âge”, elle ne constitue pas une rénovation de la vie civilisée et de l'humanité grâce à une résurrection de la culture antique. Elle est elle-même une branche fleurie sur l'arbre puissant de la culture médiévale”.

(7). — Karl Jaspers, *Von Ursprung und Ziel der Geschichte, Origen y Meta de la Historia*, Segunda edición, Madrid, Revista de Occidente, 1953, 307 págs.

ráter absoluto e singular que o filósofo lhe atribui no início de sua obra, e se meditarmos, no caso do século XII, nas conseqüências de seu renascimento para a história do Ocidente e, em ricochete, para a história da cultura humana em geral.

Parece-me, portanto, que o título da famosa obra de Haskins (8), *O Renascimento do Século XII*, já constitui uma conquista pacífica na terminologia histórica contemporânea.

Assim sendo, vale notar que o movimento escolar do século XII, que prepara a organização da Universidade de Paris, não foi um efeito do renascimento da época, mas um de seus fatores, bem como a Universidade vem a ser o seu fruto normal (9).

Aliás, durante a Idade Média podem-se observar vários refluoscimentos, como o renascimento carolíngio, o renascimento otomano, e este de que estamos tratando, o do século XII. Todavia, foi este último o mais notável e que, por isso mesmo, também é chamado, como diz Haskins, o Renascimento Medieval.

### III

O Renascimento do século XII surgiu de um conjunto de fatores que se vinham conjugando desde o período carolíngio. A restauração das letras e dos estudos levada a efeito por Carlos Magno, sob a orientação do monge Alcuino, está na origem dos acontecimentos que, entrosando-se, irão culminar um dia no entusiasmo pela dialética, na dedicação ao estudo e na multiplicação das escolas de Paris.

As péssimas condições sociais da vida no século X, oriundas das invasões e pilhagens dos normandos, eslavos, húngaros e sarracenos vêm acentuar e consagrar o sistema político do feudalismo, que começara a surgir nos tempos dos merovíngios. O feudalismo caracteriza-se pelas relações entre o senhor e o vassalo, pelos serviços que este presta àquêlê em troca de proteção. Ao cavaleiro o suzerano concede o feudo e ao camponês o direito de cultivar a terra em seus domínios. As relações entre o senhor e o vassalo serão por vêzes tão intrincadas como a que foi responsável pelas lutas entre a França e a Inglaterra durante a Idade Média. O feudalismo, como sistema político, embora surgindo no período merovíngio, entra a ca-

---

Jaspers, no cap. 8 da 1ª parte, alude a um segundo tempo-eixo constituído pelas extraordinárias criações espirituais da Europa de 1500 a 1800, fenômeno puramente europeu. Ora, nada impede que nos apropriemos da expressão para designar outro fenômeno tipicamente europeu como o renascimento do século XII.

(8). — Charles Homer Haskins, *The Renaissance of the Twelfth Century*, New York, Meridian Books, 1957, 437 págs.

(9). — Paré, Brunet, Tremblay, *ob. cit.*, cap. IV, pág. 138.

racterizar-se durante a administração carolíngia, atingindo seu apogeu entre os séculos XI e XIII, mas datando também dêsse tempo os germes de sua decadência com o início da centralização monárquica em que se empenhou a dinastia dos Capetos.

As redes do sistema feudal colheram naturalmente em suas malhas os membros da Igreja. Rei e barões estendem sua proteção interesseira a bispados, mosteiros e paróquias, chamando a si o direito de eleger bispos, abades e de escolher os párocos, colocando desta arte à testa dos cargos eclesiásticos pessoas de sua confiança. Muitas vezes, preferiam a tal expediente, assumir direta e pessoalmente o manêjo dessas funções para auferirem lucros das rendas e benefícios da Igreja. Essa situação deprimente de abadias, mosteiros, bispados e paróquias constituiu o foco de muitos males e de incríveis abusos para a vida religiosa. Indivíduos sem formação, destituídos frequentemente de senso moral, sem vocação para o ministério, arvoravam-se em diretores de almas e pastores do rebanho cristão. Daí a origem da Querela das Investiduras, pois os reis e principalmente os Imperadores Germânicos julgam ser de seu direito investir nas funções de bispos e abades aqueles que eram seus vassallos e dependentes hierárquicos, com o que não se conformam os Papas, ciosos de suas prerrogativas espirituais e da correção dos costumes cristãos.

Tais abusos do sistema feudal no plano religioso vão, por sua vez, provocar a reação reformadora, primeiro do clero regular, representado especialmente pelos beneditinos de Cluny (10), e em seguida dos Papas como Gregório VII. Essa reação benéfica e necessária levou, de um lado, à federação dos mosteiros beneditinos sob a orientação de Cluny, cujo impulso reformador se irradiou por tôda a Cristandade, e, de outro, à centralização romana, sendo que os Papas franceses Urbano II, Pascoal II e Calixto II fizeram triunfar os ideais de Gregório VII e a tese de Ivo de Chartres (11) durante o século XII. Outra consequência dessa reforma empreendida pelos Papas com o desiderato de fazer os fiéis volverem às origens da fé e dos costumes cristãos, foi a renovação do clero secular promovida através dos Con-

---

(10). — A respeito dêsses assuntos de história religiosa recorreremos principalmente a Delaruelle-Latreille-Palanque, *Histoire du Catholicisme en France*, I, *Des Origines a la Chrétienté Médiévale*, Paris, Éditions Spes, 1957, 351 págs. O mosteiro de Cluny, sempre independente do poder secular e da autoridade eclesiástica, resultou da doação de um domínio feita por Guilherme III, duque de Aquitânia, a Bernão, abade de Baume, a 2 de setembro de 909, e seu prodigioso desenvolvimento iniciou-se com o abade Odão em 927. Pequena referência também em G. Ambroise, *Les Moines du Moyen-Age, Leur influence intellectuelle et politique en France*, Paris, A. Picard, Éditeur, 1946, 248 págs.

(11). — A tese chartrense a propósito das Investiduras: à Igreja a *cura animarum*, ao príncipe os *regalia*, desde que não os confira junto com o báculo. Cf. Delaruelle-Latreille-Palanque, *ob. cit.*, pág. 287.

cílios e, principalmente, através da criação das comunidades de cônegos. Os clérigos seculares, desejosos de vida mais perfeita, mas não querendo tornar-se monges; pretendendo viver nas cidades, nas aldeias, nas estradas sem precisarem enclaururar-se num mosteiro, vão optar por um tipo de vida comunitária regida pela Regra (Cânnon — canônico — cônego) de Santo Agostinho, bem ampla e flexível para tôdas as adaptações que se afigurassem necessárias. O movimento canônico, estimulado e abençoado com privilégios por Gregório VII, tomou impulso desde 1059, quando o Papa Nicolau, no mesmo Sínodo em que acometeu pela primeira vez contra a investidura leiga, convidou o clero secular a viver canonicamente. As fundações canônicas multiplicaram-se na segunda metade do século XI. São Capítulos das Catedrais estabelecidos nas sedes diocesanas e cujos membros elegiam os bispos; são Colegiais, de influência puramente local, fundadas por benfeitores desejosos de orações em seu favor; são comunidades paroquiais em que se congregam sacerdotes pobres sequiosos de perfeição espiritual, mas que pretendem viver no mundo e não em mosteiros; são também leigos, que se tornam cônegos e, de acôrdo com seu ideal de perfeição, vão consagrar-se aos desvalidos, aos doentes, aos peregrinos em hospitais ou hospícios. Logo os estabelecimentos canônicos se reúnem em congregações com o a de São Vitor (12) e a dos Premonstratenses (13). Não deixaram de surgir conflitos entre monges e cônegos, pois, além do mais, êstes usavam títulos de tradição monástica para os superiores e para os estabelecimentos, como: abade, mosteiro, etc. Tais conflitos foram arbitrados por uma bula de Urbano II, em 1092, na qual o Papa reconhece a equivalência dos gêneros de vida de monges e cônegos. Êstes vão desempenhar tarefas que as novas condições sociais estavam a exigir e às quais os monges não podiam atender: vão controlar as estradas, proporcionando assitência religiosa e material aos peregrinos; vão construir igrejas novas e divulgar estilos arquitetônicos; vão dedicar-se aos labores paroquiais como os Premonstratenses de São Norberto ou à vida intelectual e contemplativa, rigorosamente litúrgica, como os

---

(12) . — No início do século XII, Guilherme de Champeaux ingressou na Abadia de São Vitor, situada na encosta da colina de Santa Genoveva ... "Ce qu'il importe de noter, c'est que Saint-Victor, comme d'ailleurs les fondations contemporaines de chanoines réguliers, dont il est l'un des plus beaux exemplaires, est à rattacher religieusement, intellectuellement, et institutionnellement, aux formules nouvelles de congrégations de cleros qu'inspirent les transformations de la société et le renouveau de la culture". Cf. Paré, Brunet, Tremblay, *ob. cit.*, págs. 37-38.

(13) . — Foi na floresta de Coucy que, em 1120, S. Norberto fundou o primeiro mosteiro premonstratense. Fliche-Martin, *Histoire de l'Église*, T. 9, Augustin Fliche-Raymonde Foreville-Jean Rousset, *Du Premier Concile du Latran à l'Avènement d'Innocent III* (1123-1198), Paris, Bloud et Gay, 1948, 204 págs. Cf. pág. 127.

Vitorinos de Paris, cuja escola se tornará, no século XII, um centro de fulguração cultural e de intensa vida religiosa.

Durante o século XII a renovação espiritual prossegue com o extraordinário impulso que São Bernardo imprime à ordem de Cister (14), assim como pela espantosa influência que êle exerceu sobre a vida da Igreja e sobre os acontecimentos políticos da época.

#### IV

A 27 de novembro de 1095, décimo dia do Concílio de Clermont, na França, era anunciada a primeira Cruzada, acontecimento de tantas conseqüências políticas, econômicas e culturais para os destinos do Ocidente. Foi o início da grandiosa epopéia de fé e heroísmo, que adiou por três séculos a queda de Constantinopla e o fim do Império Romano do Oriente. Esse fim principiara em 1055, quando Toghrul-beg, o Seldjúcida, entrou em Bagdá e “se impôs ao califa árabe como vigário temporal e sultão, superpondo assim ao império árabe um império turco, quando, com êle, os turcos se tornaram a raça imperial do mundo muçulmano” (15). Senhores da Armênia, do Egito, de Antioquia, Jerusalém, Nicéia, massacrando os cristãos e ameaçando os Estreitos, os turcos apareciam como um perigo iminente para a segurança e a paz do Ocidente. O grito de “Deus o quer” foi a resposta vibrante dos guerreiros cristãos ao apêlo de Urbano II em prol da mobilização européia contra a ameaça dos turcos. De 1060 a 1077, o normando Roberto Guiscardo conquistou lentamente a Sicília aos muçulmanos, estabelecendo na Itália meridional um reino normando, que logo mais se constituirá em ponte cultural entre o Oriente e o Ocidente.

De 1060 a 1070, Guilherme, o Bastardo, torna-se o histórico Conquistador pela conquista normanda da Inglaterra, que durante muito tempo será uma filial das instituições francesas e também uma sementeira de sábios que ela exportará para Paris durante o século XII.

A partir de 6 de maio de 1085, as tropas de Afonso VI apoderam-se de Toledo, em breve a capital dos tradutores, e dominam toda a região entre o Douro e o Tejo. Tal feito espanhol foi levado a cabo com o auxílio de cavaleiros normandos, borguinhões, proven-

---

(14). — Cister (Citeaux), o local mais obscuro e selvagem de uma floresta perto de Châlons, foi o local escolhido por Roberto de Molesmes para criar um novo mosteiro, bérço da ordem cisterciense, onde a regra de São Bento fôsse fielmente observada: Ailbe Luddy, *Bernardo de Claraval*, tradução de Eduardo Saló, Lisboa, Editorial Aster, 1959, 607 págs. Cf. págs. 29 e seguintes.

(15). — Collection Historia XIII, Le Club Meilleur Livre, René Grousset, *L'Epopée des Croisades*, Ch. I, Paris, Librairie Plon, 1958, 265 págs.

çais, languedocianos, gascões, aquitânios, aos quais, desde 1063, o Papa Alexandre II concedera indulgências, se lutassem na Espanha.

As Cruzadas concorreram para o desenvolvimento das cidades italianas, especialmente Veneza, Pisa e Gênova. Nas pegadas dos guerreiros iam os comerciantes e armadores, que reiniciaram, após séculos, o grande tráfico não só das especiarias, do açúcar, dos perfumes, do marfim e das pedras preciosas, como das matérias primas, indispensáveis para os artesãos europeus: sêda, algodão, madeiras, resinas, goma-laca, etc. Renasce então na Europa, principalmente no norte da França, na Flandres, a atividade comercial e industrial, que desperta as cidades de seu torpor multisséculo. Elas também permitiram novos contactos culturais assim como contribuíram para o aumento dos conhecimentos geográficos. Todos êsses acontecimentos tão sumariamente apresentados são de importância fundamental para o aparecimento das Universidades, e por isso não podiam ser omitidos neste trabalho. Mas ainda restam outros fatos e serem focalizados. E êstes são os fatos econômicos, que na França condicionaram imediata e diretamente a origem e o desenvolvimento da Universidade de Paris.

## V

Stephen d'Irsay fala explicitamente das causas da Universidade de Paris. Denifle refere-se ao fatores que contribuíram para sua formação. Arrowood (16) menciona as condições altamente favoráveis e as condições essenciais para a origem das universidades. Quer se diga causa ou fator, condições ou circunstâncias (17), parece-me que vale a pena insistir aqui numa distinção filosófica entre causa e condição. Isto serve para evitar confusões e mistificações.

Como se verifica pelo estudo da história, o elemento econômico é fundamental no processo do desenvolvimento humano. Penso, entretanto, que a exclusiva importância atribuída ao fator econômico (18) advém de uma apreensão parcial das necessidades do homem.

(16). — Eby-Arrowood, *ob. cit.*, págs. 756, 758.

(17). — Comumente confunde-se na linguagem o uso de expressões como condição e circunstância, embora, filosoficamente seja possível distingui-las. Posso, por exemplo, dispor de todas as condições para escrever uma carta com toda tranquilidade. Certas circunstâncias, entretanto, uma súbita visita, um chamado inesperado podem coibir-me essa tarefa.

(18). — Em carta a Joseph Bloch (Londres, 21 de setembro de 1890) diz Engels: "...D'après la conception matérialiste de l'histoire, le facteur déterminant dans l'histoire est, en dernière instance, la production et la reproduction de la vie réelle. Ni Marx ni moi n'avons jamais affirmé davantage. Si ensuite, quelqu'un torture cette proposition pour lui faire dire que le facteur économique est le seul déterminant, il la transforme en une phrase vide, abstraite, absurde". Engels prossegue afirmando que a situação eco-

Realmente, o trabalho, o esforço pela sobrevivência, a luta pelo alimento, pelo vestuário, pela habitação ocorrem em virtude de nossas necessidades orgânicas, físicas, e então o fato econômico é fundamental já que se prende à satisfação de necessidades e motivos biológicos fundamentais do ser humano. Todavia, é preciso observar e reconhecer que o homem também tem outras necessidades fundamentais, não orgânicas e sim espirituais, como o desejo de conhecer, de aprender, de amar, e ser amado, de apreciar a beleza e de fazer o bem. Ora, ciência, ternura, caridade não se reduzem ao exercício dos sentidos a à atividade das glândulas, e assim como as necessidades orgânicas constituem o princípio determinante da infra-estrutura econômica da sociedade, assim também as necessidades intelectuais e morais constituem o princípio da infra-estrutura espiritual. Sim, é isso mesmo, o espírito é tão infra-estrutural quanto o corpo. Em consequência, se para certos fenômenos culturais, os econômicos, existe uma causalidade biológica, para outros, mesmo econômicos (lembre-se a proibição da usura na Idade-Média) existe uma causalidade espiritual e seria grave engano confundir os dois tipos de causalidade e atribuir ao fator econômico uma causalidade que, em muitos casos, dele não depende em princípio. Quando a verdadeira causa de um fenômeno ou situação for espiritual, o fator econômico pode estar presente, mas não como causa e sim como condição, acidental ou essencial, contingente ou necessária. As necessidades espirituais são distintas das orgânicas, embora a satisfação destas possa realmente condicionar a satisfação daquelas. A causa da inteligência, da compreensão de um problema, de uma sentença é o meu poder intelectual, manifestando-se através de suas operações: a abstração, o juízo, a comparação, o raciocínio, a reflexão. Não estarei, porém, inteiramente dono dêsse poder, se não dispuser de bom estado corpóreo, saúde, saciedade, repouso; se não puder desenvolver êsse poder através de situações de vida que me proporcionem lazer para a leitura, o estudo, a reflexão.

Platão já divisara com muita acuidade essa distinção capital. Quando se fala em causa, pensa-se sobretudo na causa eficiente, isto é, naquilo que produz alguma coisa, como o pintor é causa de seus quadros, como eu sou o autor destas linhas. Mas o pintor não po-

---

nômica é a base, mas que os diversos elementos da superestrutura atuam no curso das lutas históricas, e em muitos casos, determinam-lhes a forma de maneira preponderante. Nós mesmos fazemos a história em condições bem determinadas. *Entre toutes, ce sont les conditions économiques qui sont finalement déterminantes.* Karl Marx-Friedrich Engels, *Études Philosophiques*, Paris, Éditions Sociales, 1951, 173 págs. Cf. pág. 128. Demais disso: Engels, *Lettre à Hans Starkenburg* (Londres, 25 janvier 1894) in *Ludwig Feuerbach et la fin de la Philosophie Classique Allemande.* trad. Bracke, Paris, Alfred Costes, 1952.

deria pintar se não dispusesse não só de outras causas: a tinta, o pincel, como também de condições necessárias: os recursos para a aquisição da tinta e do pincel, a tela, o cavalete ou a parede, a clareza, etc. Eu não poderia estar a escrever êste trabalho se não contasse, não apenas com outras causas como as palavras, a caneta, a intenção de cumprir com uma obrigação, mas também com certos requisitos como a disposição para escrever, a mesa, a luz, etc. Ora, Platão percebeu e exprimiu notavelmente a distinção entre causa e condição, ainda que em grego use de um circunlóquio para definir esta última:

“Porém é mais do que absurdo dar a tudo isso o nome de causa (diz Sócrates, desiludido com a explicação que esperara encontrar nas obras de Anaxágoras). Se alguém dissesse que sem os ossos e os músculos e tudo o mais que tenho no corpo não me será possível fazer o que me aprouver, só dirá a verdade. Mas, afirmar que é por (causa de) tudo isso que eu faço o que faço e que, assim procedendo, atuo com auxílio da razão, sem, contudo, decidir-me pelo melhor: isso é que seria mais do que brincar com as palavras. *Trata-se de uma distinção que nem todos são capazes de fazer: que em tudo, uma coisa é a causa propriamente dita, e outra (muito diferente) aquilo sem o que a causa não poderia ser causa.* A meu pensar, parecem tatear no escuro os que, recorrendo à expressão imprópria, dão a isso o nome de causa” (19).

Tudo o que antecede permite-me agora afiançar que o progresso, da agricultura, o desenvolvimento do comércio e a ressurreição das cidades na França do século XII, assim como outros eventos já referidos anteriormente, foram condições necessárias para o aparecimento da Universidade de Paris, mas não as suas *causas*.

## VI

Duby (20) intitula a época que se estende de 1070 a 1180 de “o século do grande progresso”. Os moinhos, que já existiam, tornam-se mais numerosos. As mós para produzir farinha tornam-se acessíveis a tôdas as famílias camponesas. O abandono do pilão e da moagem manual acarreta “uma notável libertação da mão-de-obra”, assim como “uma revolução alimentar”, pois às pastas de cereais e ao milho sucedem o pão e o trigo. Com o uso mais freqüente do ferro, desde 1050, aperfeiçoam-se os instrumentos agrícolas, divulga-se o grande machado de corte e a charrua de relha. Com o ferro surge

(19). — Platão, *Fedão*, 99 b.

(20). — Este parágrafo baseia-se no capítulo terceiro da obra: G. Duby-R. Mandrou, *Histoire de la Civilisation Française. Moyen-Âge — XVI siècle*. Paris, Armand Colin, 1958, 360 págs.

nas aldeias o único operário especializado dêsses tempos: o ferreiro. A agricultura progride com o melhor arranjo da rotação das culturas. As queimadas e rotações desordenadas são substituídas pelo ciclo em ritmo ternário:

- sementeira de farinhas do inverno: trigo ou centeio;
- sementeira de cereais da primavera: aveia ou cevada;
- descanso do alqueive.

Essa renovação agrícola é notável, embora imperfeita e limitada no espaço (ao Norte principalmente) e no alcance: o equipamento é caro. O camponês agora dispõe de mais alimento em menos tempo e com menos esforço. Conseqüências diretas da alimentação mais segura e abundante são o aumento da população e a libertação da mão-de-obra para outros empreendimentos, em virtude do aumento das rendas e da diminuição das corvéias senhoriais. Apesar de variações na produção de víveres, conforme as oscilações climáticas, o fato é que, desde 1050, mais ou menos, desaparecem aquelas terríveis e periódicas epidemias de fome que haviam assolado a França anteriormente. O modo de vida dos campônios, afora essa segurança alimentar, continuou o mesmo. Tal não ocorreu, entretanto, no mundo dos senhores, clérigos ou nobres, que se transformou rapidamente. Os rendimentos dos senhores vieram permitir um alargamento da "côrte", ou seja, aumento do pessoal e a possibilidade de arcarem com maior número de hóspedes, a multiplicação de viagens e visitas. A animação das estradas, por sua vez, fomentou as trocas comerciais, despertadas e facilitadas pelos últimos acontecimentos políticos (as Cruzadas, o estabelecimento de um reino franco na Síria, a atividade comercial das cidades italianas). Os nobres habituaram-se a consumir mercadorias de luxo e surge um nôvo tipo profissional, o comerciante, cuja atividade vai tornar a moeda mais abundante e cujo gênero de vida vai reanimar e desenvolver as cidades. Daí, levarem seus interesses à organização das comunas contra os abusos dos senhores, à reivindicação das liberdades para o burgo e, por fim, à constituição de uma nova classe, a burguesia.

## VII

Até o ano de 1100 a França, como outros países ocidentais da época, é um conjunto de principados, dentre os quais o domínio real avulta pelo título, pela força da tradição. Mas no plano da riqueza e do poder, da influência e do prestígio, é muitas vezes, um senhor, um duque, que sobreleva. Se o latim é a língua em que todos os europeus se entendem, em cada domínio francês fala-se um dialeto: o normando, o picardo, o provençal, etc. Em 1300 a França constitui uma

monarquia. Os Capetos souberam impôr-se aos barões pela força e pela habilidade; da Ilde de France alargaram progressivamente seus domínios até integrarem o Midi ao Norte. O centro catalizador de energias de tôda a França é Paris, que se torna não só a capital política, como também a capital das letras, das artes, do pensamento, das escolas, atraindo estudantes e professôres, homens de aptidões diversas, da Europa inteira (21).

Como observa Génicot (22), ao unificarem sua terra, os Capetos lhe pouparam as lutas internas que se desencadearam na Alemanha e na Itália sob Henrique IV, assim como as crises políticas pelas quais passou a Inglaterra desde a morte de Guilherme, o Conquistador até a chegada de Eduardo I. Além disso, a França escapou às querelas entre o Papado e o Império, que ocorreram nos domínios germânicos e não apresentou conflitos como os que estalaram entre os Plantagenetas e a Igreja da Inglaterra conduzida por São Tomás Beckett ou por Estêvão Langhton. Paris tornou-se uma cidade cosmopolita durante o século XII. Em suas ruas acotovelavam-se estudantes de várias regiões da Europa, viajantes e peregrinos, que depois retornariam a seus pagos a celebrar-lhe a fama. Papas, cardeais, bispos, diplomatas, sábios, nobres, monges e negociantes passavam em Paris os anos de sua formação ou de aperfeiçoamento na idade adulta. O título de Cidade-Luz já cabia, com razão, a Paris desde o século XII.

## VIII

Para Maurice De Wulf o século XII é o período primaveril em que a civilização medieval assume seus contornos definidos. Eu diria a época em que se configuram cristalinamente as constelações do "Cosmos da Idade Média", para empregarmos a expressão usada por Wolfram von den Steinen (23). A observação de De Wulf é assaz importante, pois é muito comum ver-se a denominação medieval estendida unívocamente a aspectos da vida dos séculos VII, VIII, XI e XV. Ora, se todos os séculos compreendidos entre o ano 500 e o de 1500 compõem a Idade Média, o termo medieval, significando

(21). — Veja-se a descrição retórica de Paris numa carta de Gui de Bazoches (1175-1190) que, sem se referir às escolas, alude às artes liberais: "in hac insula perpetuum sibi mansionem septem pepigere sorores, artes videlicet liberales". *Chartularium*, I, introd., nº 54, apud Rashdall, *ob. cit.*, vol. I, pág. 277, nota 3.

(22). — Léopold Génicot, *Les lignes de jaite du Moyen-Âge*, troisième édition revue, Tournai (Belgique), Casterman, 1961, 377 págs. Cf. pág. 196.

(23). — Wolfram von den Steinen, *Der Kosmos des Mittelalters von Karl dem Grossen zu Bernhard von Clairvaux*, Francke Verlag Bern und München, 1959, 400 págs.

certa maneira de pensar, de sentir, de agir, mentalidade e instituições, não pode ser sempre aplicado com o mesmo alcance a todos os momentos do período. Walsh concebe um humanismo medieval em que se integram elementos como a força dos germanos, a imaginação dos celtas, a sabedoria grega, a experiência de vida, o senso de organização dos romanos e a Graça Evangélica, que veio do Oriente. Esses elementos se juntam e confundem durante os séculos da Alta Idade Média. Por isso diz de Wulf que antes do século XI o temperamento medieval ainda não estava formado, mas apenas em processo de elaboração. Eu preferiria dizer, em lugar de temperamento, que a “personalidade básica” do homem medieval só se constitui definitivamente durante o século XII. A personalidade básica é um novo conceito sociológico que se presta excelentemente à aplicações históricas como a que acaba de ser mencionada. A personalidade básica é, além do eu individual, a atmosfera cultural em que este imerge, atmosfera constituída pelas instituições primárias e secundárias (24) e que aproxima a singularidade dos membros de um grupo com um traço de união cultural.

Durante os primeiros tempos da Idade Média, as novas raças, celtas e teutões, como diz De Wulf (celtas e germanos prefiro dizer) receberam passivamente elementos culturais, jurídicos e políticos de procedência greco-romana. A partir do século IX, esses povos reagem a tudo quanto lhes foi proposto, e tudo assimilam à sua maneira, sob a orientação da Igreja. O século da conformação das feições institucionais e culturais é o século XII. O século seguinte será a época da maturidade e do esplendor da civilização.

Durante o século XII, a França marcha para a centralização monárquica que será o princípio do absolutismo. Desenvolvem-se, progredem as artes e os negócios. Crescem as cidades, aumenta a riqueza, montam-se estabelecimentos de crédito, a arquitetura romana atinge seu clímax, surge o estilo gótico. As literaturas vernáculas aparecem nos romances inventados pelos trovadores, as Canções de Gesta, desde o século anterior juntamente com o teatro religioso e o lirismo provençal. 1050-1150, “Século das Gêneses”, como tão bem o denominou Gustave Cohen (25), logo seguido pela floração mineral das catedrais e pela entrada em cena do amor cortês e do culto à mulher. As cartas de Abelardo e Heloísa testemunham a força imortal do amor humano, como os hinos de São Bernardo e as estâncias de Adão de São Vítor, as inspirações sublimes do amor di-

(24). — Sobre personalidade básica: Bibliothèque de Sociologie Contemporaine, Mikel Dufrenne, *La Personnalité de Base, Um concept sociologique*, Paris, P.U.F., 1953, 345 págs.

(25). — Gustave Cohen, *La Grande Clarté du Moyen-Âge*, Paris, Gallimard, Quatorzième Édition, 1945, 181 págs., cf. pág. 29.

vino (26). A instituição da cavalaria evolui e apresenta no século XII uma face completamente cristã, que será idealizada nas páginas da Nova Milícia de São Bernardo e logo mais no livro da Ordem de Cavalaria de Raimundo Lúlio. O caráter religioso da Cavalaria foi o resultado das Instituições de Paz, a “Trégua e Paz de Deus”, iniciativa da Igreja para assegurar proteção aos fracos, ao clero, aos camponeses contra a prepotência e o absolutismo do barão feudal (27). Mas, sobretudo, nova observação profunda feita por De Wulf (28), é neste tempo que se plasma e afeiçoa o nôvo espírito vivificador desta personalidade básica do homem medieval, o sentimento feudal por excelência, de que a nossa consciência moderna ainda está tão profundamente imbuída: o sentimento do valor e da dignidade do homem individual. Isso não é apenas uma conseqüência do estilo senhorial da vida, uma decorrência da lealdade feudal, mas também um fruto da influência cristã sôbre os costumes e a mentalidade dos bárbaros. Numa carta de Pedro, o Venerável, uma das grandes figuras do século XII, a São Bernardo, em que o primeiro rebate acusações contra sua ordem que êste levantara, podemos registrar o reconhecimento corrente da dignidade dos servos, não mais os escravos da Antigüidade: “Servos e servas não como servos e servas são tidos e tratados, mas como irmãos e irmãs”. Os monges, continua Pedro, o Venerável, utilizam os serviços dos camponeses, mas não os aborrecem com exações nem lhes impõem algo de insuportável. Pelo contrário, em suas necessidades assistem-nos com os recursos do mosteiro (29). Como

- (26). — Sôbre Adão de São Vitor e sua poesia consulte-se: Henry Adams, *Mont-Saint-Michel et Chartres, Clefs du moyen-âge français*, traduit de l'anglais par Georges Fradler et Jacques Brosse, Paris, Robert Laffont, 1955, 385 págs.
- (27). — Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles d'après les documents originaux*, t. V-1, Paris, Letouzey, et Ané, Éditeurs, 1913. Cf. Déclmo Concílio Ecumênico (2º de Latráz). O cânon 11 prescreve que os monges, os clérigos, os estrangeiros, os comerciantes e os camponeses devem estar sempre em segurança, isto é, gozar da trégua de Deus. O cânon 12 indica as penalidades aos que a transgredirem e faz enérgica recomendação aos bispos para a manutenção da paz. Delaruelle, *ob. cit.*, págs. 234-237.
- (28). — Louis Clark Vanuxem Foundation, Maurice De Wulf, *Philosophy and Civilization in the middle ages*, New York, Dover Publications, Inc., 1953, 312 págs., cap. two.
- (29). — “Servos et ancillas, non ut servos et ancillas, sed ut fratres et sorores habent, discretaque ab eis pro possibilitate obsequia suscipientes, nihil gravaminis eos incurrere patiuntur; sicque secundum apostolicum praeceptum: *tanquam nihil habentes, et omnia possidentes* existunt (I Cor., VI). Pedro, o Venerável, a São Bernardo, abade de Claraval, P. L. (Migne), t. 189, ep. XXVIII, cl. 146 B. Demais disse: “Monachi vero, tametsi haec habeant (servos e servas), non tamen similiter, sed multum dissimiliter habent. Rusticorum namque legitimis et debitis solummodo servitibus ad vitae subsidia utuntur, nullis exactionibus eos vexant, nihil importabile imponunt; si eos egere viderint, etiam de propriis sustentant” cl. 146 D. — Delaruelle, *ob. cit.*, pág. 267, Rôle social et problèmes économiques (de Cluny).

nota Delaruelle (30), examinando o papel social de Cluny, “muitas vêzes os objetos litúrgicos foram vendidos para alimentar os pobres e a libertação dos servos foi praticada constantemente”.

O século XII é a época em que surge a Universidade de Paris, uma corporação de professôres e estudantes irmanados pelo amor à sabedoria no entusiasmo pelos estudos.

## IX

A Universidade de Paris não surgiu repentinamente, não foi o resultado de uma decisão pontifícia ou monárquica, não se originou de um plano bem arquitetado nem se inspirou em instituições pré-existentes. Tal como a Universidade de Bolonha, ela veio surgindo, durante o século XII, condicionada por muitos acontecimentos e determinada por múltiplos fatores. Assim, pois, se percebe a fantasia de que se reveste a tese de Ribera y Tarragó (31) que apontava as escolas árabes como o modelo que presidiu à fundação das Universidades ocidentais. Essa tese não dispõe, afora certas analogias, de base histórica alguma e só pode ser pensada devido às semelhanças estruturais de uma certa constante cultural. Desde que o homem atingiu um certo grau de desenvolvimento intelectual, desde as primeiras civilizações do Oriente, já se pode divisar a estratificação de níveis de ensino tendo o superior por cúpula, como os colégios sacerdotais do Egito, as escolas dos brâmanes, as escolas de Atenas, Alexandria, etc. Nada de estranho que as escolas superiores tenham existido também entre os muçulmanos na Ásia, África e Espanha, já que a conquista maometana levou os árabes ao domínio de velhos centros culturais no Egito, na Pérsia, na Síria e os pusera em contacto direto com a cultura grega através de mestres cristãos do Oriente.

A Universidade medieval do Ocidente tem feição própria, organização típica, e caracteriza-se, em Paris, pela sua formação espontânea durante o século XII. Não há documento, não há prova, não há vestígio que permita adiantar a hipótese de Ribeira y Tarragó. Os antigos como os egípcios, os indus, os gregos, os romanos, os persas ou muçulmanos medievais tiveram escolas superiores, mas não universidades. Estas foram criações da Idade Média Ocidental, como o Parlamento e a Catedral (32).

(30). — Delaruelle, *ob. cit.*, pág. 267.

(31). — A tese de Ribera y Tarragó é mencionada em: Alfredo Guilherme, *Filosofia e Teologia* in Universidad de Oxford, *El legado del Islam*, editado bajo la dirección de Sir Tomas Arnold y Alfred Guillaume, traducido del inglés por Enrique de Tapia, segunda edición revisada por P. Blanco Suárez, Madrid, Ediciones Pegaso, 1947, 519 págs., cf. págs. 313-369; Maria Angeles Galino, *Historia de la Educación — I Edades Antigua y Media*, Madrid, Editorial Gredos, 1960, 596 págs., cf. pág. 462.

(32). — Haskins, *The rise of universities*, Ithaca, New York, Great Seal Books, A Division of Cornell University Press, 1957, 107 págs., cf. pág. 1.

Stephen d'Irsay usa da linguagem aristotélica “tão cara à Idade Média”, para encontrar uma fórmula, a fim de compreender a formação das universidades. Estas teriam sido determinadas por quatro causas, a saber: a material, a formal, a eficiente e a final. A causa material foi o magnífico crescimento do saber humano durante o século XII; a causa formal, o desenvolvimento das corporações; a causa eficiente, um acontecimento fortuito, como a iniciativa de um Papa, de um rei, de um príncipe; a causa final, a atração das grandes carreiras indispensáveis à sociedade, ao serviço de Deus e da Igreja.

Denifle refere-se aos fatores que concorreram para a formação das Universidades. Para êle não se pode explicar a origem da Universidade de Paris ou de Bolonha apenas pela aglomeração de alunos em torno de um professor famoso. Nenhum destes, desde o século X, logrou estabelecer escola permanente. A tal fato, há que acrescentar outros fatores decisivos para o aparecimento da Universidade: “o novo método de ensino” constituído pela aplicação da dialética às doutrinas religiosas, pela organização de novos procesos didáticos (*lectio, glosa, quaestio*, etc.) e pela redação das Sumas, tudo obra do século XII: “os Privilégios” com que reis, como Luís VII e Filipe Augusto, e papas como, Inocêncio III, galardoaram o *studium* parisiense; por fim, a formação, durante o século XII, das “Corporações”. Antes disso só havia escolas superiores em Paris e Bolonha. O caráter corporativo que elas vão assumir, *ein wesentlicher Factor*, é que as determinará como Universidades (33).

Percebe-se meridianamente que as causas intrínsecas da instituição universitária, a material e a formal (34) conferem com os fatores aludidos pelo dominicano alemão: o aumento do saber, incluindo o desenvolvimento das escolas e dos métodos, e o surto do movimento corporativo com os privilégios obtidos pela corporação de professores e estudantes.

Arrowood menciona as condições *highly conducive* para o estudo das artes e ciências liberais e das disciplinas profissionais (35) e as *essential conditions* para a origem das Universidades, fornecidas pela atuação das instituições escolares dos séculos XII e XIII, indicação correta no que tange às condições, mas imprecisa em relação aos determinantes causais da universidade.

Conjugando Denifle com Stephen d'Irsay, diremos que o aparecimento da Universidade de Paris deveu-se a fatores causais básicos, tal como o crescimento do saber, acompanhado pelo desenvolvimento

(33). — Denifle, *ob. cit.*, págs. 40-63.

(34). — As causas intrínsecas são a material e a formal, que constituem o próprio ser da coisa, por exemplo, o bronze (matéria), e a figura do Duque de Caxias (a forma) numa estátua. A causa eficiente e a causa final são as causas extrínsecas, que concorrem para produzir o ser “ab extra”.

(35). — Eby-Arrowood, *ob. cit.*, chap. 17. Cf. págs. 756 e 758.

das escolas urbanas episcopais (36) e a formação do movimento corporativo que informa a aglomeração de mestres e estudantes, a princípio espontâneamente e em seguida juridicamente, afeiçãoando, desde o século XIII, a Universidade, instituição típica da cultura ocidental.

O termo Universidade (*universitas*) designava entre os romanos um colégio, uma associação com qualquer fim (37). Na Idade Média o termo se aplica simplesmente a um conjunto de pessoas, como no início de uma carta *universitas vestra* significa “a todos vós” ou a uma pessoa jurídica como a *universitas mercatorum*, corporação dos comerciantes. Depois o termo se especializa para designar a corporação dos mestres e dos alunos das escolas de Paris, que eram autênticos “trabalhadores” intelectuais, como trabalhadores eram os membros das outras corporações (38). Refere Bride que, no século XIV, Pedro d’Ailly e Gerson tentaram ligar a Universidade de Paris às escolas dos egípcios, enquanto Simão de Cramaud fazia-a remontar às escolas de Atenas. O mito que atribui a fundação da Universidade de Paris a Carlos Magno, diz Rashdall, já nem é mencionado pelos historiadores sérios, até mesmo com o objetivo de refutá-lo (39). A propósito dessas genealogias da Universidade de Paris, vale a observação perpicaz de Bride de que há uma verdade subjacente “sous ce fatras de fantaisie”. Desfeitas as superestruturas das escolas helenísticas de Pérgamo, Edessa, Antioquia, Atenas, Alexandria, das escolas imperiais de Roma, da Gália ou da África, restaram e persistiram as bases que forneceram os materiais para a renovação da cultura: as artes liberais.

\*  
\*       \*  
\*

## CAPÍTULO II

### O CRESCIMENTO DO SABER

#### I

A expressão Artes Liberais foi cunhada pelos Romanos e foi um romano, Varrão, quem as classificou definitivamente em seus

(36). — Rashdall, *ob. cit.*, pág. 275: “The University was an outgrowth of the Cathedral School of Paris...”.

(37). — Bride (A.), *Universités*, in “Dictionnaire de Théologie Catholique”, Vacant-Mangenot, T. XV, IIe partie, cl. 2230-2268. Cf. cl. 2230.

(38). — A respeito dos mestres e estudantes da Universidade como trabalhadores intelectuais ver Jacques Le Goff, *Les intellectuels au Moyen-Âge*, “Éditions du Seuil”, Paris, 1957, 191 págs.

(39). — Rashdall, *ob. cit.*, pág. 271.

*Disciplinarum Libri IX*, a primeira enciclopédia (1). Contudo, a matéria significada pelas artes liberais procede de época mais antiga.

Na Índia havia dez ciências auxiliares que preparavam o brâmane para o estudo dos Vedas, entre as quais a fonética, a gramática, a exegese, a lógica, a astronomia, a metrologia (2). Entre os egípcios estudavam-se, em nível elementar, as letras com a gramática, a aritmética, a geometria, a música e a astronomia, que preparavam o aluno para o estudo superior das ciências nos colégios sacerdotais (3). Na Grécia, o ensino elementar abrangia o estudo da gramática, a leitura dos poetas, noções de cálculo, música, geometria e astronomia, iniciação ao estudo mais aprofundado dessas disciplinas e da filosofia nas escolas superiores. No período helenístico, o ensino das artes assume feição rigorosamente curricular com o círculo da educação ou das ciências.

Para Filão de Alexandria o ensino inferior compreendia o estudo das artes como a gramática, a retórica, a geometria, a música e a astronomia, “a rainha das ciências” (4). Varrão, pouco antes do início da era cristã, fixa o elenco das artes liberais da seguinte maneira: gramática, dialética, retórica, geometria, aritmética, astrologia, música, medicina, arquitetura. As três primeiras eram lecionadas nas escolas romanas e as outras nas escolas da Grécia. Vitruvius, em seu tratado sobre arquitetura (5), encarece a necessidade do estudo das letras, do desenho, da geometria, da história, da filosofia, da música, da medicina, do direito e da astrologia, para o aprendiz de arquiteto. Cícero enumera como matérias propedêuticas ao estudo da Retórica: geometria, música, literatura, poesia, física, ética, política. Quintiliano em sua *Institutio Oratoria* examina a formação do orador através da Gramática e da Retórica, referindo-se à educação geral que as crianças devem receber antes de serem confiadas aos Retóricos e destacando o valor formativo de disciplinas como a música e a geometria.

- 
- (1). — R.-Martin, Arts Libéraux (Sept) in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1930, T. I. Cl. 827-843.
  - (2). — Para uma idéia dessas matérias estudadas na Índia. Cf. Bibliothèque Historique, Louis Renou, *Anthologie Sanskrite, Textes de l'Inde Ancienne traduits du sanskrit*, Paris, Payot, 1947, 406 págs.
  - (3). — Consejo Superior de Investigaciones Científicas — Instituto “San José de Calasanz” de Pedagogía. Série B. — Número 3, Otto Willmann, *Teoría de la formación humana*, traducción del alemán por Salustiano Duñaiturria, tomo I, pág. 141, 2 vols. Madrid, sem data.
  - (4). — The Loeb Classical Library, *Philo*, with an English Translation by F. H. Colson, M. A. and the Rev. G. H. Whitaker, M. A. In eleven volumes — IV — *On mating with the preliminary studies*, págs. 458-551, London, William Heinemann Ltd., 1949, 582 págs.
  - (5). — The Loeb Classical Library, *Vitruvius, On architecture*, Translated into english by Frank Granger in two Volumes — I — London, William Heinemann Ltd., 1955, 322 págs. — Livro I, c. I.

Santo Agostinho iniciou em Milão uma Enciclopédia das Sete Artes Liberais, da qual só restou o tratado sobre a música (6). Por volta de 420 a. C., Marciano Capella redigiu em Cartago os *Satyricon Libri IX* cuja famosa introdução descreve, em dois livros, as núpcias de Mercúrio com a Filologia e que foi obra de tanta repercussão durante a Idade Média. Os outros sete livros são dedicados às sete artes liberais conforme a classificação de Varrão. Boécio, por sua vez, inspirando-se em fontes gregas, compôs tratados de aritmética, música, geometria, dialética, retórica, além de traduzir e comentar obras de Aristóteles, Cícero e Porfírio. Juntamente com Boécio e Marciano Capella, Cassiodoro contribuiu para a transmissão do saber antigo à idade medieval incipiente (7). Suas *Institutiones saecularium lectionum* resumem em sete capítulos as obras latinas anteriores. As disciplinas liberais (*liberales litterae*) são apresentadas na ordem formulada por Varrão. O curioso neste resumo de Cassiodoro é que para os antigos o termo liberal derivava de *liber* (livre), donde as artes liberais serem estudo reservado aos homens livres, enquanto para êle liberal, livre, deriva de livro (*liber autem dictus est a libro*), isto é, da casca da árvore, cortada e liberada e na qual os antigos redigiam seus poemas (8). Santo Isidoro de Sevilha, baseando-se apenas nos autores latinos, consagra os três primeiros livros de suas Etimologias às artes liberais: os dois primeiros às três primeiras artes e o terceiro às artes matemáticas (9). São Beda e Alcuíno consagraram monografias a quase tôdas as artes liberais. Estas dividiam-se em dois grupos desde Boécio, mas foi Alcuíno quem apresentou um programa de ensino, no século IX, constando do *Trivium* e do *Quadrivium*. O *Trivium* abrangia a gramática, a dialética, a retórica, matérias que tinham por objeto a linguagem, o discurso e por isso fo-

(6). — Henri-Irénéé Marrou, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, E. De Boccard, Éditeur, Paris, 1949, 620 págs. Sobre as artes liberais veja-se o cap. III da 2.a parte, pág. 211 e a respeito de Santo Agostinho e as artes liberais, cf. o cap. IV da mesma parte, pág. 237.

(7). — Note-se o simbolismo do ano 529 d. C. para a Idade Média incipiente. Hegel em suas lições de História da Filosofia assinala a data de 529 que corresponde "à ruína dos estabelecimentos exteriores da filosofia pagã"; mas, diz Pieper, "cette même année vit aussi un autre événement, que Hegel passe sous silence: la fondation par saint Benoît du cloître du Mont Cassin; en cette année-limite de 529, au moment même où s'écroule un monde épuisé, c'est bien un nouvelle époque que signifie pareille fondation". Joseph Pieper, *Actualité de la Scolastique* (traduit par Maurice de Gandillac), *La Table Ronde*, n.º 166 — novembre 1961, pág. 21.

(8). — *Cassiodori Senatoris Institutiones*, Edited from the Manuscripts by R. A. B., Mynors, Oxford, At the Clarendon Press, 1961, 193 págs. Lib. II, praef., pág. 91; PL 70.

(9). — San Isidoro de Sevilla, *Etimologias*, versión castellana de don Luís Cortés y Góngora, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1951, 563 págs.; PL 82, cl. 73-728.

ram chamadas, durante a Idade Média, de *artes sermocinales*. O *Quadrivium* ou Matemática compreendia a aritmética, a geometria, a astronomia e a música (teórica), disciplinas aplicáveis às quatro espécies de coisas reais, *res*: o número, o espaço, a esfera celeste, a harmonia. Denominavam-se *artes reales* ou *physicae*. Em suma, *Trivium* e *Quadrivium* eram cursos de letras e ciências.

## II

Durante o século IX pulularam obras sôbre a gramática, adaptações e comentários sôbre as sete artes. E' a época de Loup de Ferrières, Escoto Eriúgena, Heiric e Remi de Auxerre. Tempo de lutas internas e das invasões normandas. Na segunda metade do século X, com a normalização da vida ocasionada pelo cessamento das invasões, o panorama cultural se transforma completamente. Lobbes, Liège, Reims destacam-se no estudo das ciências exatas. Herigério em Lobbes e Gerberto d'Aurillac (o futuro Papa Silvestre II) em Reims, brilham por seus estudos matemáticos. Herigério inventou um nôvo ábaco, erroneamente atribuído a Gerberto, que veio substituir o ábaco romano nas escolas monásticas e nas escolas episcopais. Gerberto estudou matemática na Espanha e foi um dos agentes da introdução da ciência árabe nas escolas ocidentais. Foi então que surgiram nas escolas os algarismos arábicos, datando daí a luta entre Abacistas, que preferiam o cálculo pelo ábaco e os Algoristas que calculavam com a pena à luz da aritmética dos árabes (10). A partir do século IX, em meio de conflitos teológicos, desde Scoto Eriúgena passando por Berengário de Tours, Anselmo de Besate, Gerberto d'Aurillac, Fulberto de Chartres, Lanfranco e Santo Anselmo de Bec até chegar a Abelardo, a Dialética forceja por escapar ao guante teológico para constituir-se como ciência autônoma. Quando se lêem os textos de dialética, desde Santo Agostinho até Abelardo, nota-se que os autores sempre lhe apontam o objetivo único de servir à defesa das verdades religiosas. Essa autonomia da Dialética vem a ser fomentada através da introdução progressiva do *Organon*, desde o século IX, no ensino escolar e nas obras teológicas. Durante o século XII, o estudo da dialética recebe impulso decisivo com a introdução da Lógica Nova, isto é, os restantes tratados lógicos de Aristóteles até então desconhecidos. O estudo da dialética equivale ao estudo da filosofia própria dita que, no século XII, começa a fazer estalarem os quadros tradicionais das sete artes liberais num processo que irá culminar com as transformações da Faculdade de Artes em Faculdade de Filosofia no século XIII, após a introdução maciça das

(10). — Cf. Martin, Arts Libéraux, *idem*, nota 1.

obras de Aristóteles no ensino universitário. Abelardo, Gilberto de la Porrée, Roberto de Melun servem-se da dialética para transformar o estudo da *Sacra Pagina*, que se resumia na contemplação das verdades dogmáticas através da leitura e da meditação da Bíblia, em especulação religiosa que inaugura o novo estilo teológico, o escolástico, cujo máximo representante será Santo Tomás de Aquino.

◊ A escola de Chartres, desde Gerberto, com Adelardo de Bath, Thierry de Chartres, Guilherme de Conches, Alain de Lille, desempenhou um papel de capital importância na renovação cultural do tempo, com a introdução e a vulgarização no Ocidente das obras astronômicas traduzidas do árabe.

### III

No tocante ao conceito das Artes Liberais no século XII, destacam-se, entre outras, as obras de Hugo de São Vitor, João de Salisbury, Conrado de Hirschau e de uma mulher, a monja Herrad de Landsberg, abadessa de Hohenburgo na Alsácia. A obra desta última, o "Jardim das Delícias" (*Hortus Deliciarum*), principiada em 1167, é uma compilação enciclopédica para o ensino das monjas, cónegas da Ordem regular de Santo Agostinho. É obra de leitura agradável com poesias intercaladas no texto, muitas com acompanhamento musical e numerosas ilustrações referentes à história bíblica e a assuntos teológicos (11). Nessas ilustrações as Artes são representadas como rios que dimanam da Filosofia, ainda que se acrescente: "O Espírito Santo foi o inventor das Sete Artes Liberais".

Conrado de Hirschau (1070-1150) em seu *Dialogus super auctores sive Didascalion* exorta seu discípulo:

"Quem filosofa em Cristo sempre é instruído nas artes liberais, e, vencedor dos vícios, ganha a liberdade dos filhos de Deus; pois de nada te serviria ultrapassar os outros nas sete disciplinas se, continuando a cultivar os vícios, te submetesses à pior escravidão" (12).

- (11). — Otto Willmann, *Teoria de la formación humana, idem*, nota 3, pág. 266. Veja-se também a observação à pág. 256 a propósito das artes liberais: "outro modo de designá-las é *sapientia Hybernica* ou *methodus H.* que lembra a função de transmissores desempenhada pelos monges irlandeses nos estudos da primeira Idade Média". A respeito da monja Herrad veja-se Manitius, *Geschichte der lateinischen Literatur des Mittelalters*, Dritter Teil, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1931, 1164 págs. — Cf. pág. 1010-1014. Manitius apresenta a grafia Herrat von Landsberg, assim como em vez de Conrado von Hirsau (cf. nota 12), escreve von Hirschau, pág. 315.
- (12). — Conrado de Hirsau (1070-1150), *Dialogus super auctores sive didascalion* apud Eugenio Garin, *Geschichte und Dokumente der abendländischen, Pädagogik I — Mittelalter*, Rowothus deutsche Enzyklopädie, Hamburg, burg, 1964, 301 págs. — IX. Konrad von Hirsau, págs. 143-159.

João de Salisbury, o fino humanista do século XII, escreveu o *Metalogicon*, a fim de defender o valor do *Trivium* contra os ataques desfechados pelos Cornificianos, que menosprezavam o estudo acurado das artes sermocinais. A arte, diz Salisbury (13), é um recurso inventado pela razão, a fim de apressar, por expedientes próprios, o desenvolvimento de nossas habilidades para fazer bem as coisas. Equivale ao que os gregos chamavam de método, ou seja, um plano eficaz para ordenar e dirigir o curso da natureza, de tal modo que se possa realizar correta e facilmente o que se está a fazer. A natureza é a mãe de tôdas as artes às quais ela deu a razão por guia. Ela providenciou de antemão os três fatores básicos, instrumentos de tôdas as artes: capacidade natural, memória e razão. A primeira é desenvolvida por meio do estudo e do exercício. Salisbury examina em seguida a razão pela qual certas artes são chamadas liberais (14). Entre as várias espécies de artes, são elas que por primeiro prestam serviço às capacidades naturais de quem estuda. Estão contidas no *Trivium* e no *Quadrivium*. Chamam-se liberais, seja porque os antigos cuidavam de nelas instruir seus filhos (*liberos*), seja porque seu objetivo é a libertação (*libertatem*) do homem, de tal forma que, livre dos cuidados incompatíveis com a sabedoria, como as inquietações acêrca das necessidades materiais, possa o espírito aplicar-se com mais liberdade à filosofia.

Hugo de São Vítor redigiu o melhor manual da época para iniciação no estudo das artes liberais: o *Didascalicon*, que se pode traduzir por "o Manual". Chega-se ao domínio do conhecimento (*quisque ad scientiam instruitur*), nota o prefácio, através da leitura e da meditação. No ensino a primazia cabe à leitura (*lectio*, estudo dos textos) e êste livro lhe é consagrado, fornecendo regras para o estudo (*dando praecepta legendi*). No fim do 1º livro do *Didascalicon* Hugo resume-lhe o conteúdo, aludindo aos quatro ramos do conhecimento: o teórico visa à contemplação da verdade; o prático considera a ordem moral; o mecânico provê às ocupações desta vida; o lógico proporciona o conhecimento necessário para a linguagem correta e para a argumentação clara. Êstes quatro ramos do conhecimento, ou artes, tendem para o único fim da sabedoria, que é arte das artes e a disciplina das disciplinas. Daí a divisão da filosofia em quatro partes (Livro II): a teórica, a prática, a mecânica e a lógica. As matérias do quadrívio tradicional integram a filosofia teórica, enquanto as disciplinas do trívio são absorvidas pela filosofia lógica. No ca-

(13). — João de Salisbury, *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, Lib. I, Cap. XI, cl. 838. The *Metalogicon of John of Salisbury*, translated by Daniel D. Mc. Garry, University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 1962, 305 págs. Cf. pág. 33.

(14). — *Idem*. P. L. T. 199, cl. 839, C. McGarry, pág. 36.

pítulo III do Livro III Hugo trata do estudo das principais artes, usando um pelo outro os termos ciência e arte (15). Os antigos seleccionaram sete ciências dentre as enumeradas para o ensino, pois quem as estuda fica preparado para a fácil aprendizagem das outras. Elas constituem os melhores instrumentos e rudimentos para o alcance da verdade filosófica. Foram denominadas *Trivium* e *Quadrivium* por serem caminhos (*viae*) pelos quais a mente chega aos arcanos da sabedoria. Assim é que Pitágoras ensinava por sete anos as sete artes liberais. A proficiência no estudo, peculiar a muitos autores antigos, sua fertilidade literária, advinham do pleno domínio dessas artes rudimentares. Mas os estudantes de hoje ou não querem ou não sabem aproveitar êsse estudo e por isso, ainda que muitos estudem, poucos são sábios. Hugo indica a seguir as obras que devem ser lidas e o método que se deve empregar.

A ampla concepção do saber apresentada por Hugo de São Vitor, a nova classificação das ciências que êle propõe e que vai determinar um nôvo programa de ensino, resultou do desenvolvimento de cada uma das ciências do trívio e do quadrívio, da irrupção dos novos conhecimentos, particularmente matemáticos, provenientes dos gregos por intermédio dos árabes ou dos próprios árabes e, principalmente, do conhecimento e da gradual penetração no ensino do Organon aristotélico.

#### IV

Qual era, entretanto, o conteúdo das matérias e os instrumentos de trabalho para o ensino efetivo?

Para o ensino da Gramática aos principiantes recorria-se à *Ars Minor* e à *Ars Major* de Donato, que ensinara em Roma cêrca de 350 d. C. O texto clássico do ensino gramatical eram as *Institutiones* de Prisciano (16), que lecionara em Constantinopla por volta de 500 d. C. As *Institutiones* dividiam-se em duas partes: o *Priscianus Major*, os 16 primeiros livros, tratavam da morfologia e o *Priscianus Minor*, os dois outros, versavam sôbre sintaxe (17). Os textos que

(15). — Hugo de São Vitor, *Didascalion*, P. L. (Migne), T. 176, cl. 741. Cf. trad. de Jerome Taylor, *The Didascalion of Hugh St. Victor*, Columbia University Press, New York and London, 1961, 254 págs.

(16). — *Prisciani Caesariensis Grammatici Opera*, edit. Augustus Krehl, Volumen Primum cont. *De arte grammatica libros XVI*, Lipsiae, In Libraria Weidmannia, 1819, 646 págs.; Volumen Secundum cont. *Libros duos de constructione et reliquos libellos omnes*, 1820, 638 págs.

(17). — Para tôda esta parte consulte-se Haskins, *The Renaissance of the 12th century*, New York, Meridian Books, 1957, 437 págs. Cf. chap. V, *The Latin Language*, pág. 127. Publications de l'Institut d'études Médiévales d'Ottawa, A. Paré, A. Brunet. P. Tremblay, *La Renaissance du XIIe Siècle — Les écoles et l'enseignement*, Paris, Libr. Philosophique J. Vrin, 1933, 324 págs.

serviam para a leitura inicial do latim eram os *Dísticos* do chamado Catão, as *Fábulas* de Aviano, a *Égloga* de Teódulo. Os dicionários correntes eram *Alphabetum* do italiano Papias, o *Panormia* do inglês Osbern, o livro das *Derivações* de Hugúcio, professor de Bolonha e bispo de Ferrara. No fim do século alcançam bom êxito os glossários dos vocábulos mais usuais, como o de Adão da Ponte Pequena e o de Alexandre Neckam. Só no século XIII é que aparecem as gramáticas versificadas como o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu (1199) e o *Graecismus* de Everardo de Béthune (1212).

Um exame das bibliotecas da época revela os livros que serviam para a leitura e a interpretação de textos dos alunos mais adiantados no estudo da gramática, assim como para o entretenimento dos estudiosos em geral. E' verdade, como observa Haskins, que biblioteca não significava então um edifício especial e nem sequer habitualmente uma sala. Comumente o termo applicava-se a um armário, donde o anexim: *Claustrum sine armario est quasi castrum sine armamentario*.

Só as bibliotecas de grandes instituições como os mosteiros de Toul, Cluny, Corbie, etc., é que reuniam centenas de volumes de obras profanas e religiosas.

E' neste tempo que começam a aparecer os livreiros que se encarregam do comércio dos manuscritos e da multiplicação dos exemplares. Difunde-se também no mundo das escolas o processo da *reportatio*, transcrição de aula ou sermão, destinada à circulação e feita por aluno ou escriba.

O estudo da gramática incluía o conhecimento dos bons autores, paradigmas da língua literária. Vergílio foi o principal poeta da Idade Média suplantado no século XII por Ovídio, de cujas obras eram preferidas as *Metamorfozes*, a *Arte de Amar* e os *Remédios do Amor*. Outros poetas lidos e estudados: Horácio, cujas *Sátiras* e *Epístolas* eram preferidas às *Odes* e *Épodes*; Estácio, Lucano, Pérsio, Marcial, Juvenal, Claudiano, Plauto. Lucano também era considerado historiador e Horácio e Juvenal eram tratados mais como moralistas do que como literatos e estilistas.

Entre os prosadores avultavam: Cícero, que para os medievais foi mestre da eloquência e da moral; Sêneca, Quintiliano, Macróbio, Plínio, o Velho, Aulo Gélio, Frontino. Nem sempre se liam tais clássicos nos textos originaes. Suas principais fontes para o estudante do século XII eram os excertos da gramática latina de Prisciano e as antologias (*florilegia*).

Além das obras da Antigüidade clássica, as bibliotecas dispunham de bíblias, em geral com muitas cópias; livros litúrgicos, obras dos Santos Padres, especialmente de São Jerônimo, Santo Agostinho, São

Gregório Magno; obras dos escritores da Idade Média incipiente, os transmissores da cultura antiga como Marciano Capella, Boécio, Santo Isidoro de Sevilha, São Beda, o Venerável; obras jurídicas, especialmente de direito canônico: coleções de cartas pontifícias, cânones dos Concílios, o novo Decreto de Graciano; obras históricas, agiográficas, crônicas e documentação locais (do mosteiro, da catedral).

Estudantes e sacerdotes tinham seus próprios livros, assim como reis e príncipes letrados como Henrique de Champagne. Nas bibliotecas dessa época havia livros que podiam ser emprestados, como nas atuais bibliotecas circulantes e os que só podiam ser consultados no local, acorrentados para evitar possíveis fugas, mas acorrentados, "*catenati*" *ad communem utilitatem*, em vista da utilidade geral (18).

O ensino da Retórica antiga como em Cícero e em Quintiliano visava a formar o orador. A retórica medieval cifrava-se principalmente no ensino da composição epistolar ou *Dictamen*. No século XII surgem breves manuais sôbre a arte de escrever cartas com a apresentação de modelos: o *Breviarum de Dictamine*, o *Flores Dictaminum* de Alberico de Monte Cassino. Outros foram escritos em Orleães e em Tours. Cícero e Quintiliano continuavam a ser lidos. Sabia-se dos preceitos da oratória. A tarefa dos *dictatores*, entretanto, era ensinar a redigir cartas, e preparar formulários que ajudassem o estudante a exprimir e comunicar suas necessidades, esperanças e sentimentos habituais.

Nas duas primeiras décadas do século XII o estudo da Dialética tinha por base a *Logica Vetus*, ou sejam, os dois primeiros livros do *Organon* aristotélico, *Categorias* e *Peri hermeneias*, em tradução de Boécio; a *Isagoge* de Porfírio, famosa introdução às *Categorias*, em tradução de Mario Vitorino, revista por Boécio e os comentários do próprio Boécio: um sôbre as *Categorias*, dois sôbre a *Isagoge* e o *Peri hermeneias*. Recorria-se também a outros tratados de Boécio: *Silogismos Categóricos*, *Tópicos*, *Divisões*, além das *Definições* de Mário Vitorino, dos *Tópicos* de Cícero e o *Peri hermeneias* de Apuleio.

O estudo da dialética, entretanto, não tratava só de lógica elementar, como também, devido à referência ao problema dos Universais, de teoria do conhecimento e de metafísica. O crescente desenvolvimento da Dialética no século XII é que irá ensejar a transformação, durante o século XIII, da Faculdade de Artes em Faculdade de Filosofia.

Outras obras que serviam a tal altura do ensino para o estudo da filosofia: *A consolação da Filosofia*, de Boécio; as obras de Cícero,

(18). — Haskins, *idem* pág. 85: "The chained Bible" which has been the object of so much virtuous indignation on the part of Protestants was chained for the purpose of insuring, not of restricting its use".

Sêneca, Apuleio, Santo Agostinho, um fragmento do *Timeu* em tradução e com comentário de Calcídio e o comentário sobre o *Sonho de Cipião* de Macróbio. As traduções do *Fedão* e do *Menão* feitas por Aristipo na 2ª metade do século não tiveram difusão nem repercussão no campo dos estudos.

O grande acontecimento filosófico do século foi a introdução nas escolas do *Organon* completo de Aristóteles. Foi entre 1120 e 1160 que se divulgaram no Ocidente as partes do *Organon* que vêm a constituir a *Lógica Nova* (Primeiros Analíticos, Segundos Analíticos, Tópicos, Elencos Sofísticos) em contraposição à *Lógica Vetus* que predominava no ensino junto com alguns manuais muito usados na época, conforme o testemunho de João de Salisbury. Esse acontecimento aristotélico “vai transformar a velha dialética, arte do *Trivium*, numa teoria da ciência em que passa toda a concepção grega do cosmo e da vida do espírito” (19). Como diz Southern (20), “a digestão da lógica de Aristóteles foi a maior tarefa intelectual do período que se estende do fim do século décimo ao fim do século doze”. “Digestão” de influência determinante no aparecimento da teologia escolástica na mesma época.

O ensino do Quadrívio vivia das poucas noções oferecidas pelas obras matemáticas de Boécio e os trabalhos de Isidoro de Sevilha, Beda, Alcuíno, cheios de boa vontade e de pouca ciência. Tal ensino, todavia, vem a ser inteiramente refundido sob o impacto das traduções científicas de obras gregas e árabes durante o século XII.

## V

Durante séculos o ocidente latino se alimentara com migalhas da lauta mesa cultural da sabedoria grega. O contacto dos estudiosos medievais com as obras clássicas dos gregos foi só indirecto, através de algumas traduções e das vulgarizações empreendidas por autores romanos. Só no século XII é que os cristãos do Ocidente entram a tratar directamente com a ciência e a filosofia da Grécia clássica. Christopher Dawson já estudou muito bem a razão da disparidade entre a cultura muçulmana e a cristã-ocidental da primeira Idade Média (20a). Um dos fatores que a explicam é justamente o contacto imediato dos islamitas com o saber grego através dos cristãos do Oriente, contacto com o qual só iriam beneficiar-se em grande escala os ocidentais a partir do século XII por intermédio dos árabes.

(19). — Paré, Brunet, Tremblay, *idem*, pág. 163.

(20). — Southern, *The making of the Middle Ages*, New Haven, Yale University Press, 1953, 280 págs. Cf. págs. 181-182.

(20a). — Christopher Dawson, *Ensayos acerca de la Edad Media*, Aguilar, Madrid, 1956, 335 págs. Consulte-se cap. VIII, págs. 174.

O renascimento do século XV será basicamente literário, enquanto o do século XII não levou em conta as belas letras, exceto o entusiasmo, de início, pela leitura de alguns poetas e prosadores romanos, pois o interesse geral dos intelectuais movia-se em torno das ciências, da filosofia e da teologia. Segundo De Ghellinck (21), a história do movimento intelectual do século XII é dominada por um fato de alcance incalculável:

“o primeiro encontro de uma síntese cristã elaborada com o auxílio de Platão e de Agostinho no curso de dez séculos e do conjunto da síntese profana, grega ou árabe, alimentada pela contribuição dos autores que marcaram época na história do espírito humano”.

O período anterior ao século XII distinguiu-se pela ignorância do grego, sem contar as poucas traduções de Boécio no século VI e cuja morte intempestiva fêz abortar a concretização de seu projeto de traduções de Platão e de Aristóteles, e a tradução, no século IX, da obra do Pseudo-Dionísio levada a cabo por Hilduino e João Escoto. Após o esbarrondamento do Império Romano do Ocidente, a tradição grega persistiu no Império Romano do Oriente, especialmente em Constantinopla. No Oriente o saber grego difundiu-se através de traduções para o siríaco, o hebraico, o árabe e delas é que passará finalmente ao latim. Algumas traduções siríacas de Aristóteles e dos teólogos gregos permaneceram na Síria até a chegada dos árabes no século VII, enquanto outras foram levadas por exilados nestorianos para a Pérsia e, por conseguinte, para os árabes, após sua conquista (22). As traduções árabes foram feitas diretamente do grego, como no caso do *Almagesto* de Ptolomeu ou do siríaco e do hebraico.

À herança grega os árabes acrescentaram suas próprias contribuições, especialmente nos campos da medicina, da matemática e da astronomia. As traduções latinas, feitas do grego e do árabe, de obras matemáticas e astronômicas irão revolucionar a matéria tradicional do Quadrívio, assim como as traduções de textos médicos gregos e árabes irão impulsionar os estudos de medicina e assim concorrer para o desenvolvimento das escolas médicas, criando a base material do novo saber para o aparecimento da Faculdade de Medicina. Antes mesmo das Cruzadas, Constantino, o Africano, italiano por adoção, já havia traduzido para o latim as *Urinas*, as *Febres* e as *Dietas* do judeu Isaac, os *Aforismos*, os *Prognósticos* e as *Doenças Agudas* de Hipócrates, os comentários de Galeno e ainda outras obras de origem bizantina e árabe, que servirão de manuais nas escolas de medicina até ao fim do século XV.

(21). — Museum Lessianum — Section Historique, n.ºs 4-5, J. De Ghellinck, S. J. *L'essor de la littérature au XIIe Siècle*, 2e. édition, Desclée de Brouwer, Bruxelles, 1955, 584 págs. Cf. pág. 240.

(22). — Haskins, *idem*, pág. 281.

Os principais centros de traduções no século XII foram a Sicília e Toledo, embora também tenham cooperado para as traduções o Norte da Itália, especialmente Pisa; Barcelona, Tarragona, Segóvia, Leão, Pamplona na Espanha; Toulouse, Béziers, Narbonne e Marselha na França. O principal centro tradutor estava na Espanha. Por isso escreve Menéndez y Pelayo:

“Paris y Toledo compendian el movimiento de las ideas en el siglo XII” (23).

De Ghellinck ressalta o “ardor audacioso e a tenacidade” dos tradutores que afrontavam os riscos das viagens a regiões dominadas pelo Islão em busca dos bons textos, dos livros preciosos. Ele cita, mas critica, também, a opinião, segundo a qual, o encontro na Síria e na Palestina dos Cruzados do Norte e do Sul da França fêz chegarem as poesias dos trovadores do Languedoc ao conhecimento dos trovadores franceses do Norte.

Os tradutores representavam pela sua procedência a sêde de saber do Ocidente nesse tempo. Ingêleses: Adelardo de Bath, Roberto de Chester, Daniel de Morley, Alfredo de Sareshel; Hermann, da Alemanha; Gerardo de Cremona, lombardo; Burgúndio, Hugo e Leão de Pisa, toscanos; dálmatas como Herman da Caríntia; flamengos como Roberto de Bruges; espanhóis como Hugo de Santalla, Domingos Gundsissalvo; judeus como Pedro Afonso, João de Cevilha, Sivasorda, Abraão ben Ezra. Recrutavam-se de diferentes gêneros de vida e de ocupação: leigos, monges, imperadores, reis normandos da Sicília, clérigos, bispos, cardeais e papas como Alexandre III.

Na Sicília, no tempo de Rogério, Eugênio, o Emir, traduziu a *Óptica* de Ptolomeu e mais tarde, sob Frederico II, Miguel Escoto e Teodoro de Antioquia verterão para o latim obras árabes de zoologia.

- (23). — Menéndez y Pelayo, Marcelino, *Historia de los heterodoxos españoles*, I, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1956, 1086 págs. Cf. Tomo III, L. III, Cap. I-IV, pág. 137.

A respeito das traduções veja-se além das citadas obras de Haskins, De Ghellinck, Paré, Brunet, Tremblay: Pierre Duhem, *Le système du monde*, Tome III, Paris, Hermann, 1958; Ángel González Palencia, *Historia de la España Musulmana*, Cuarta edición revisada, Editorial Labor, 1945, Cap. XVII, pág. 191; Jacques Risler, *La civilisation arabe*, Paris, Payot, 1955, Chap. XVIII, pág. 208; G. Menéndez Pidal, *La Escuela de Traductores de Toledo in Historia general de las literaturas hispánicas*, I, Editorial Barna, Barcelona, 1949, págs. 277-289; Biblioteca Romanica Hispanica — VI — Antología Hispánica, Ramon Menéndez Pidal, Páginas de História Antigua — “Sicilia y España antes de las vísperas sicilianas in *Mis páginas preferidas*, Estudios lingüísticos y históricos — 8 — Madrid, Editorial Gredos, 1957, 326 págs. Cf. pág. 168; R. Menéndez Pidal, *La España del Cid*, Cuarta edición, V. II, Madrid, Espasa-Calpe, 1947, pág. 631; Renan, *Averroès et l'averroïsme*, troisième édition, Paris, Michel Lévy Frères Libraires Éditeurs, 1866, pág. 203.

Adelardo de Bath traduziu em 1126 as tábuas trigonométricas de al-Khwarizmi e Roberto de Chester em 1145 a Álgebra do mesmo autor. O *Almagesto* de Ptolomeu, resumo da antiga astronomia, foi traduzido do grego por volta de 1160 e do árabe em 1175. Antes de 1162 já se haviam traduzido a *Meteorologia* e o *De Caelo* de Aristóteles. Gerardo de Cremona traduziu do árabe obras de alquimia. As obras completas de Hipócrates e Galeno foram traduzidas, durante o século XII, em parte do grego por Burgúndio de Pisa, mas principalmente do árabe por Gerardo de Cremona, assim como os resumos e comentários dos árabes juntamente com os escritos médicos de Aliben-Abbas e do judeu Isaac. Pelo fim do século apareceu a tradução do *Cânon* de Avicena.

O estudo da medicina, impulsionado por essas traduções, era feito nos séculos XII e XIII à base de textos e não de experimentação. Mas é preciso lembrar com Haskins que

“o progresso ulterior na ciência médica requeria então a completa assimilação dos conhecimentos médicos do mundo antigo”.

Em Toledo árabes e judeus, após a reconquista, continuaram a gozar de liberdade e tolerância. Aí o arcebispo Raimundo (1126-1151) organizou com o auxílio do arqui-diácono de Segóvia, Domingos Gundissalvo, e de outros estudiosos o famoso colégio de tradutores, que verteram para o latim as traduções árabes dos textos gregos, principalmente de Aristóteles. O conjunto dessas versões árabe-latinas, devido especialmente a Gundissalvo auxiliado pelo judeu Avendauth-João de Sevilha, são conhecidas como as “Primeiras traduções toledanas de filosofia” (24). Gundissalvo teria traduzido os quatro primeiros livros da *Física* de Aristóteles; os quatro livros de *De Caelo et Mundo*; os dez primeiros livros da *Metafísica*; o *De Scientiis* de Alfarabi; os livros *De Anima* de Avicena; a *Filosofia* de Al-Gazâli e provavelmente o *Fons Vitae* de Avicibrão (Ibn Gabirol), assim como obras de Alkindi e o misterioso *Liber de Causis* extraído de Proclo. Poder-se-iam ainda mencionar outras traduções das obras aristotélicas feitas por outros autores anteriormente e depois no século XIII.

Em Bizâncio São João Damasceno e o patriarca Fócio nos séculos VIII e IX asseguraram com seus comentários a continuidade do pensamento grego, aristotélico e neoplatônico, representado também por Temístio, Proclo, o cristão João Filopão, o platônico Pselos,

(24). — H. Bédoret, *Les premières traductions toledanes de philosophie. Oeuvres d'Alfarabi*, “*Revue Néoscholastique de Philosophie*”, Tome 41, (février 1938, págs. 80-97; *Oeuvres d'Avicenne* (aout 1938), págs. 374-400.

o Jovem (1018-1096) e que através de Pletão e Bessarião chegará aos platônicos do Renascimento Italiano (25).

Quando se verifica o volume, a variedade e a importância das traduções no século XII e o impacto que produziram nos espíritos, concorda-se plenamente com Paré-Brunet-Tremblay:

“Sem dúvida, jamais uma geração humana se encontrou tão repentinamente de posse de um tal volume de ciência, de pensamento, de cultura” (26).

## VI

Vimos que o *Trivium, artes sermocinales*, tinham por objeto a expressão do pensamento: gramática, retórica e dialética. O *Quadrivium, artes reales*, que vai ser dilatado pelo afluxo de novidades das traduções, applicava o espírito às coisas, *res*: o número, o espaço, as esferas celestes, a harmonia. Esse agrupamento das sete disciplinas era lembrado facilmente através dos versos mnemotécnicos:

Lingua, tropus, ratio, numerus, tonus, angulus, astra.  
*Gram* loquitur, *Dia* vera docet, *Rhe* verba colorat,  
*Mus* canit, *Ar* numerat, *Geo* ponderat, *As* colit astra.

Durante o século XII o ensino da Ética adicionou-se ao estudo da Gramática. Obras poéticas de Ovídio e Horácio, por exemplo, e obras de Cícero servem de textos para o ensinamento moral. Isso é bem demonstrado por Philippe Delhaye (27):

“A conjugação da moral e da gramática não é só uma herança antiga ou o fruto de uma evolução para os medievais. Ela corresponde a um desejo profundo, à necessidade de justificar o estudo dos autores pagãos”.

## VII

O aumento do saber na área das artes liberais é causa material do crescimento, da expansão das escolas e do aparecimento da Faculdade de Artes.

A organização dos estudos médicos conseqüente ao aumento de informações, pelo contacto com as obras médicas gregas, árabes e judias vai levar à formação da Faculdade de Medicina.

(25). — Jacques Chevalier, *Histoire de la Pensée*, II, La Pensée Chrétienne, pág. 258, Paris, Flammarion, Éditeur, 845 págs.

(26). — Paré, Brunet, Tremblay, *idem*, nota 17, pág. 169.

(27). — *Analecta Mediaevalia Namurcensia*. Hors Serie. — 2 — Philippe Delhaye, “*Grammatica*” et “*Ethica*” au XIIIe Siècle, Éditions Nauwelaerts, Louvain, 56 págs., 1958, cf. pág. 17.

O reavivamento da Jurisprudência, por sua vez, determinou a fundação de escolas particulares de Leis e logo da Faculdade de Direito.

Os antigos materiais da Jurisprudência foram preservados no *Corpus Juris Civilis*, que consistia no *Código* (codificação da legislação imperial); no *Digesto* (resumo das obras dos juristas romanos); nas *Institutas* (manual para uso dos estudantes de direito); nas *Novelas* (compilação das últimas leis de Justiniano). A expressão *Corpus Juris Civilis* designava o direito romano em geral, para distingui-lo do *Corpus Juris Canonici*.

Essa codificação do Direito Romano feita por Justiniano no século VI, assim como as compilações organizadas entre os povos bárbaros, constituíram, nos primeiros tempos da Idade Média, a lei das regiões mais romanizadas como partes da Itália e sul da França.

Com o ensino jurídico de Pepo em Bolonha no fim do século XI e com o impulso que à escola bolonhesa de leis imprimiu o famoso Irnério ou Guarnério cêrca de 1088, iniciou-se o renascimento dos estudos jurídicos, que leva à fundação da Faculdade de Direito. Irnério antes de lecionar direito em Bolonha, havia sido professor de artes liberais. Foi a aplicação da dialética ao conteúdo do *Corpus Juris* que concorreu para o estabelecimento da nova ciência jurídica, tal como o uso da dialética aplicada à Sagrada Escritura, às verdades da fé, determinou o surgimento da Teologia Escolástica. O processo didático da glosa, conseqüência do estudo do texto, organiza-se em tôrno dos “livros sagrados” de Justiniano, fontes de autoridade, e foi praticado em todos os campos do ensino, no direito e na gramática, sôbre textos dialéticos e sôbre textos bíblicos.

Como observa Haskins, o reavivamento do Direito Romano não ocorreu no vácuo, mas estava estreitamente relacionado com os grandes movimentos da época. As novas atividades comerciais exigiam uma lei mais flexível e mais urbana. As cidades do norte da Itália, centros de comércio, vão preferir a lei romana aos costumes arcaicos e essencialmente rurais dos lombardos.

## VIII

A Universidade de Paris surgiu como corporação de mestres e estudantes de artes liberais e de teologia.

“Salerno, escrevia um autor no início do século XIII, cura as doenças pela virtude da medicina; Bolonha arma com as leis os que devem sustentar processos; *Paris dispensa com as artes o alimento que faz os fortes*; Orleães nutre com leite dos autores antigos os que ainda estão no berço” (27a).

Aí está uma clara referência à fama de Paris como centro de estudo das artes liberais. Mas, sobretudo acrescenta o cronista Guilherme, o Bretão, em Paris “era lida a Sacra Página”. Esta expressão designava o estudo da teologia, puramente escriturário, pois o texto da *lectio*, o texto oficial para o ensino teológico era a Bíblia. Durante o século XII efetua-se a grande viragem metodológica que transforma o estudo da teologia e inaugura o reino intelectual da Teologia Escolástica. A penetração da Dialética no estudo da Dogmática cristã (28) no Ocidente, operou-se lentamente no decurso dos 150 anos que precedem a época de Santo Anselmo e de Abelardo. Uma tentativa de exposição sistemática da teologia com o adminículo das categorias lógicas de Aristóteles já fôra realizada em função dos conflitos teológicos bizantinos, por São João Damasceno no século VIII. Só no século XII é que vai surgir obra paralela no Ocidente, com os Quatro Livros das Sentenças, de Pedro Lombardo, com a vantagem de apresentar-se esta como

“o reflexo da atividade teológica das escolas e das questões que aí eram debatidas; espécie de *Corpus doctrinae* que pouco a pouco acaba por elaborar-se como o têrmo de uma longa tradição” (29).

Alguns nomes da trajetória que, partindo do período carolíngio vai culminar na montanha de Santa Genoveva, donde a voz de Abelardo ecoará pela Europa, são os de João Vendières, Wolfgang de Ratisbona, Adalberão de Laon, Herigério de Lobbes.

João de Vendières recorre aos manuais escolares de Boécio para compreender o tratado da Trindade de Santo Agostinho. Wolfgang de Ratisbona fecha a bôca de um herege opondo-lhe a teoria de Boécio sôbre o acidente. Adalberão de Laon expõe o dogma trinitário, recorrendo aos subsídios fornecidos pelo *Trivium*. Herigério termina a discussão com um antagonista por meio de um potente silogismo . . .

O *Vocabulário* de Papias, pela metade do século XI e o *Glossarium Salomonis* do século X já atestam o sucesso da dialética pelo grande lugar que concedem ao vocabulário da Lógica. No século XI viveu a maior expressão nesses tempos do estudo especulativo e da exposição racional do dogma: Santo Anselmo, o primeiro que, numa síntese feliz, conjuga razão e fé, raciocínio e tradição. Mas o artífice, por excelência da aplicação da dialética à dogmática foi Pe-

(28). — Beiträge zur Geschichte der Philosophie des Mittelalters-Supplement-band, J. De Ghellinck, *Dialectique et dogme aux Xe. XIIIe Siècles*, págs. 79-99, Münster, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1913, 491 págs.

(29). — Museum Lessianum — Section historique n° 10, J. De Ghellinck, *Le Mouvement Théologique du XIIe Siècle*, Bruges, Éditions “De Tempel”, 1948, 594 págs. Cf. pág. 6.

dro Abelardo (30). Nos comentários sôbre a *Epístola aos Romanos* e sôbre o *Hexameron*, Abelardo intercala entre o comentário literal, a comparação das versões e as observações sôbre construção, a discussão de questões teológicas propondo uma *Quaestio*, anunciando uma *solutio* e assim, gradualmente, a *quaestio*, travamento de um debate, acrescenta-se à *lectio*, a simples interpretação do texto bíblico. A dialética começa a funcionar no terreno teológico. Foi graças a Abelardo que o termo teologia, anteriormente sinônimo de Sacra Página, Divina Página, Sagrada Escritura, *Divinitas* e o que se lhe refere, passou a designar uma ciência ensinada nas escolas, distinta da exegese. Foi Abelardo que inaugurou o uso do termo teologia em seu sentido moderno. Sua primeira grande obra intitulou-se: “Teologia Cristã” e mais tarde êle compôs uma “Introdução à Teologia” (31).

## IX

A orientação dos estudos em Paris exprime notavelmente o sentimento da vida intelectual predominante na Alta Idade Média. Assim como o estilo gótico simboliza nas agulhas líticas das catedrais o *sursum corda* do cristão medieval, assim as obras escritas pelos pensadores e todo o labor do ensino volviam-se para o mergulho no *Oceanum Divinitatis* (32). É o sentido sacral da Idade Média em sua expressão culminante e que impregnava todos os setores da existência. Aliás, a subordinação das artes liberais ao estudo das verdades religiosas, a redução do programa escolar a uma função propedêutica ao estudo da Bíblia e das ciências religiosas vem de longe, remonta ao fim da Antiguidade (33). Parece-me que o impulso primeiro nessa direção deve ser atribuído a Filão de Alexandria. Filão com seu biblismo é o primeiro responsável pela sujeição completa dos estudos a um objetivo puramente religioso. Com sua mania de interpretar alegoricamente a Bíblia, para nela vislumbrar tôda a sabedoria dos filósofos, diz êle que não podemos ser impregnados pela virtude, *Sara*, sem antes nos acasarmos com sua escrava, sendo a escrava da sabedoria a cultura obtida através dos primeiros estudos escolares.

(30). — Paré, Brunet, Tremblay, *idem* nota 17, pág. 239. A respeito de Dialética e Teologia Escolástica consultar: Martin Grabmann, *Die Geschichte der scholastischen Methode*, Graz, 1957, Akademische Druck — V. Verlagsanstalt, especialmente o 2º volume; Joseph Pieper, *Scholastik, Gestalten und Probleme der mittelalterlichen Philosophie*, München, Kösel-Verlag, 1960, 254 págs.

(31). — Paré, Brunet, Tremblay, *idem*, nota 17, pág. 309.

(32). — A propósito da analogia entre as artes, a filosofia e a religião na Idade Média, veja-se: Erwin Panofsky, *Gothic Architecture and Scholasticism*, New York, Meridian Books, 1959, 156 págs.

(33). — De Ghellinck, *idem*, nota 29, apêndice II ao cap. I, pág. 93.

“Os grandes temas, diz Filão, exigem grandes introduções. O maior de todos os temas é a virtude, que empregará como introdução a gramática, a geometria, a astronomia, a retórica, a música e tôdas as outras disciplinas intelectuais, que são simbolizadas por Agar, a escrava de Sara”.

Sim, eis o fautor da redução das artes liberais à mera propedêutica da religião, da Bíblia. Sara é a virtude, o ideal do sábio. Agar, a cultura profana, as artes liberais.

Outro autor que me parece ter influenciado o espírito dos autores cristãos e medievais, dispondo-os para tal atitude em relação às disciplinas intelectuais, é Sêneca, cuja obra filosófica esteve em voga no século XII. A impressão causada pela epístola 88 das *Cartas a Lucílio* não era de molde a infirmar a influência de Filão exercida através de Orígenes, de São Jerônimo e de Santo Agostinho sobre os autores medievais. Veja-se o título da citada carta: *Artes liberales in bonis non esse, nihil ad virtutem conferre*, (as artes liberais não são bens nem contribuem em nada para a virtude).

— Para que servem?

— *Ad alia multum, ad virtutem nihil.*

— Por que as ensinamos a nossos filhos?

— Não porque possam proporcionar a virtude, mas apenas porque preparam a alma para recebê-la.

Orígenes, em Alexandria, estudou as obras de Filão e em sua carta a Gregório (34) recomenda o uso das disciplinas circulares (*enkyklia*) como prelúdio para o Cristianismo, para a doutrina cristã como um fim.

Está traçado assim o programa de uma cultura cristã, cujo melhor regulador para a Idade Média será Santo Agostinho com seu *De Doctrina Christiana*, que moldará estritamente a cultura medieval. Diz o Bispo de Hipona que se os filósofos, especialmente os platônicos, emitiram idéias verdadeiras e conformes à fé cristã, devemos reclamá-las para nosso uso como se a reclamássemos de injustos possesores. E' o tema dos “despojos dos egípcios”, tema de predileção desde Orígenes até ao fim da alta Idade Média (35).

(34). — Filão, *On mating with the preliminary studies*, *idem* nota 4: *Origenis Epistola ad Gregorium*, P. G. Tomus XI, *Origenes*, t. I, cl. 87-92.

(35). — Marrou, *Saint Augustin et la fin de la culture antique*, *idem* nota 6, troisième partie: *Doctrina Christiana*, pág. 329; *Bibliothèque Augustinienne, Oeuvres de Saint Augustin* — XI. *De Doctrina Christiana*, Paris, Desclée de Brouwer, 1949, 606 págs. Cf. pág. 331. Sobre os “despojos dos egípcios”, cf. nota complem. 46, pág. 582. Sobre a Escritura e a sa-

No século XII Hugo de São Vítor indica claramente a maneira como as artes (gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, astronomia, música e mais a física) se subordinam à ciência divina (36):

“a sabedoria inferior retamente ordenada conduz à superior, a sabedoria divina, à qual se chega pelo estudo da divina Escritura. Dêsse estudo procedem o conhecimento da verdade e o amor da virtude, *et haec est vera reparatio hominis*”.

(*Continua*).

---

bedoria profana, L. II, cap. 42, pág. 337. Os escritores eclesiásticos, ao comentarem o episódio da fraude perpetrada pelos israelitas, por ocasião de sua partida do Egito (Exôdo, III, 22; XII, 35-36), reconheciam o direito dos cristãos a se aproveitarem das verdades que as doutrinas pagãs contivessem, pois as verdades pertencem a Deus.

- (36). — Hugo de Sancto Victore, *De Sacramentis*, Prologus, Cap. VI: *Quomodo omnes artes subserviunt divinae sapientiae*, P. L. T. 176, cl. 185 — *De Scripturis et Scriptoribus Sacris*, Caput XIII, *De fructu divinae lectionis*, P. L. T. 175, cl. 20.

# A ORIGEM DA UNIVERSIDADE DE PARIS (II).

(Conclusão).

---

RUY AFONSO DA COSTA NUNES

do Setor de Filosofia e História da Educação Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

## CAPITULO III

### AS ESCOLAS.

#### I

As artes liberais e a sacra página eram ensinadas nas escolas públicas e particulares (1). O termo *scholae*, no plural, servia para designar um estabelecimento escolar, ainda que não passasse de uma sala. O local das aulas nos mosteiros era um compartimento especial denominado *auditorium* e nas escolas episcopais, o claustro dos cônegos, quando existia. As escolas públicas, *scholae publicae*, eram escolas abertas a todos os clérigos, seculares ou regulares. As escolas particulares, *scholae privatae*, eram as dos mosteiros reservadas aos monges e aos candidatos à vida monástica.

*Scholas constituere* era abrir uma escola ou curso. *Scholarum regimen*, a direção da escola. Estar à frente de uma escola, orientá-la: *scholis praesidere*, *scholis vacare*, *studium regere*. Deixar de manter uma escola: *a regimine scholarum cessare*.

Escrevi acima que as escolas públicas estavam abertas a todos os clérigos. É preciso observar que a expressão *clerici* designava o estado jurídico e social dos estudantes, uma vez que oficialmente pertenciam ao organismo eclesiástico, embora não recebessem ordens,

---

(1). — Para este capítulo vejam-se: Paré, Brunet, Tremblay, obr. cit. Philippe Delhaye, *L'Organisation Scolaire au XIIe Siècle*, an offprint from *Traditio* Vol. V — 1947, pág. 211-268; Mémoires et Travaux des Facultés Catholiques de Lille, Émile Lesne, *Histoire de la Propriété Ecclésiastique en France*, Tome V, *Les Écoles de la fin du VIIIe Siècle a la fin du XIIe*, Lille, Facultés Catholiques, 1940, 724 págs.

# A ORIGEM DA UNIVERSIDADE DE PARIS (II).

(Conclusão).

---

RUY AFONSO DA COSTA NUNES

do Setor de Filosofia e História da Educação Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

## CAPITULO III

### AS ESCOLAS.

#### I

As artes liberais e a sacra página eram ensinadas nas escolas públicas e particulares (1). O termo *scholae*, no plural, servia para designar um estabelecimento escolar, ainda que não passasse de uma sala. O local das aulas nos mosteiros era um compartimento especial denominado *auditorium* e nas escolas episcopais, o claustro dos cônegos, quando existia. As escolas públicas, *scholae publicae*, eram escolas abertas a todos os clérigos, seculares ou regulares. As escolas particulares, *scholae privatae*, eram as dos mosteiros reservadas aos monges e aos candidatos à vida monástica.

*Scholas constituere* era abrir uma escola ou curso. *Scholarum regimen*, a direção da escola. Estar à frente de uma escola, orientá-la: *scholis praesidere*, *scholis vacare*, *studium regere*. Deixar de manter uma escola: *a regimine scholarum cessare*.

Escrevi acima que as escolas públicas estavam abertas a todos os clérigos. É preciso observar que a expressão *clerici* designava o estado jurídico e social dos estudantes, uma vez que oficialmente pertenciam ao organismo eclesiástico, embora não recebessem ordens,

---

(1). — Para este capítulo vejam-se: Paré, Brunet, Tremblay, obr. cit. Philippe Delhaye, *L'Organisation Scolaire au XIIe Siècle*, an offprint from *Traditio* Vol. V — 1947, pág. 211-268; Mémoires et Travaux des Facultés Catholiques de Lille, Émile Lesne, *Histoire de la Propriété Ecclésiastique en France*, Tome V, *Les Écoles de la fin du VIIIe Siècle a la fin du XIIe*, Lille, Facultés Catholiques, 1940, 724 págs.

mesmo as inferiores. Em princípio, guardavam o celibato e gozavam de um benefício com a obrigação de exercer certa função junto a uma igreja; usavam o hábito eclesiástico e recebiam a tonsura. O termo leigo, *laicus*, não tinha o mero sentido de profano, secular, mas equivalia a iletrado. O dicionário *Catholicon*, cêrca de 1286, definia *laicus*:

“a laos, lapis, pedra. Donde *laicus, lapideus quia durus est et extraneus a scientia litterarum*”.

O leigo era, pois, um “idiota”, isto é, não um débil mental, mas um iletrado. Quem se dedicava ao estudo, ao ensino, os trovadores, os notários, os advogados, os médicos, eram todos clérigos. Nesse sentido, “tôda universidade medieval é clerical” (2). Juridicamente, o casamento dissolvia o estado de clericatura e privava do direito de ensinar. Diante disso, alguém pode asseverar que a Igreja maquiavêlicamente açambarcou todo ensino em seu proveito, reduzindo a escola a uma dependência eclesiástica. Durkheim já observou judiciosamente que tal absorção do ensino pela Igreja surgiu naturalmente, já que as escolas começaram por ser obra da Igreja (3). Por isso pode-se afirmar que no século XII, no Ocidente, o ensino era monopólio do clero. Só na Itália, onde a cultura sofrera menos com as invasões, mestres e alunos podiam ser recrutados dentre os seculares.

Os encarregados das escolas eram monges, cónegos e párocos rurais. Êstes eram comumente pessoas da confiança de um senhor feudal, e normalmente só sabiam ler os livros que lhes serviam para o exercício do ministério. As escolas do século XII, em Paris como na França inteira, eram as monásticas, as episcopais, as dos cónegos regulares e as dos mestres agregados.

Os párocos, desde o concílio de Vaison em 529 tinham a obrigação de manter escola onde recebessem jovens leitores (*juniores lec-*

---

(2). — Paré, Brunet, Tremblay, *obr. cit.*, pág. 62.

(3). — “Quand on observe, à une époque un peu plus avancée, cette absorption de l'enseignement par l'Église, on pourrait être tenté d'y voir le résultat d'une savante politique; on pourrait croire que l'Église s'est emparée des écoles pour mettre obstacle à toute culture qui fût de nature à gêner la foi. Em fait, cette dépendance vient tout simplement de ce que les écoles ont commencé par être l'oeuvre de l'Église; c'est l'Église qui les a appelées à l'existence, et ainsi elles se sont trouvées, dès leur naissance, dès leur conception pour ainsi dire, marquées d'un caractère ecclésiastique dont elles ont eu tant de mal à se dépouiller ensuite. Et, si l'Église a joué ce rôle, c'est qu'elle seule pouvait s'en acquitter. Elle seule pouvait servir d'institutrice aux peuples barbares et les initier à la seule culture qui existait alors, je veux dire à la culture classique. Car, comme elle tenait à la fois à la société romaine et aux sociétés germaniques, comme elle avait deux faces en quelque sorte et deux aspects, comme, tout en gardant des points d'attache avec le passé, elle était cependant orientée vers l'avenir, elle pouvait, et seule elle pouvait, servir de trait d'union entre ces deux mondes si disparates”. Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France*, I, *des Origines à la Renaissance*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1938, 221 págs. — Cf. pág. 32.

tores) para lhes ensinarem os salmos e com êles se entregarem à leitura das Santas Escrituras, instruindo-os na lei do Senhor. O ensino era módico, mas constituia oportunidade única para as crianças do campo se iniciarem na aprendizagem da leitura e da escrita. As "Capitulares" de Carlos Magno e os concílios do século IX haviam estabelecido que as escolas paroquiais deviam receber tôdas as crianças sem distinção, proporcionando instrução tanto aos filhos dos homens livres como aos de condição servil (4). Os meninos que pretendessem abraçar o estado sacerdotal, deviam completar os estudos numa escola episcopal ou sacerdotal. Apesar das ordenações carolíngias e conciliares, a instrução decaiu desde os fins do século IX para só se restabelecer no século XII. Testemunha dêsse abatimento escolar para o século XI é Guibert de Nogent (1053-1124), que em sua *Autobiografia* registra a raridade dos gramáticos em sua infância, sendo que os poucos a se encontrarem revelavam escassos conhecimentos (5).

## II

Quando São Bento iniciou a vida monástica no Ocidente, não tencionava absolutamente renovar a prática pedagógica nem inaugurar um nôvo tipo de escola para a aprendizagem das artes liberais. Retirando-se para a solidão de Subiaco, o futuro Patriarca dos monges do Ocidente obedecia a íntimo pendor que o inclinava para um estilo de vida, já tradicional no Oriente, por meio do qual assegurasse para si mesmo e para seus seguidores, que logo afluiram numerosos, um ambiente propício ao progresso espiritual. Longe do bulfício das cidades, retirado da azáfama peculiar à vida social dos aglomerados humanos, os primeiros beneditinos podiam consagrar-se tranqüilamente ao serviço divino, à prece, à leitura da Sagrada Escritura, ao trabalho manual com o objetivo de unir-se espiritualmente a Deus, tanto quanto é dado a uma criatura fazê-lo neste mundo. A finalidade do monaquismo jamais foi, como se lê em certos compêndios (6), a ascese, o castigo do corpo, o aniquilamento da personalidade.

(4). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 28.

(5). — Guibert de Nogent, *De Vita Sua*, Caput IV, P. L. (Migne), t. 156, cl. 844 A: "Erat paulo ante id temporis, et adhuc partim sub meo tempore tanta grammaticorum raritas, ut in oppidis pene nullus, in urbibus vix aliquis reperiri potuisset, et quos inveniri contingerat, eorum scientia tenuis erat; nec etiam moderni temporis clericulis vagantibus comparari poterat".

(6). — Por exemplo, Frank Pierrepont Graves, *History of Education*, V. II, *During the Middle Ages and the Transition to Modern Times*, New York, The MacMillan Company, 1910, 328 págs. Cf. pág. 13: "While some importance was thus attached to learning and intellectual development, the main aim of monastic education was the discipline and repression of the body".

Essa concepção revela desconhecimento total do sentido da vida monástica. O ascetismo não passa de um meio, de um exercício pelo qual o monge busca criar as condições mais propícias para o gênero de vida espiritual que êle abraça. Ora, o preceito da oração, da meditação estabelecido pela Regra supunha nos noviços o conhecimento do latim, imprescindível para a leitura da Bíblia, para a recitação dos Salmos, para o estudo dos Santos Padres. Muitos candidatos, entretanto, que batiam à porta de um mosteiro, não conheciam a técnica elementar da leitura. Daí a necessidade de instruí-los nesse requisito mínimo para a vida do claustro e que originou a escola interna dos mosteiros. Aí os monges ou os oblatos aprendiam os rudimentos da língua, e adquiriam outras informações ou ensinamentos exigidos para o bom desempenho de suas tarefas. Cêdo, desde os albores da ordem beneditina, as famílias começaram a confiar seus filhos aos monges, a fim de que recebessem uma boa educação, longe dos perigos que lhes ameaçavam a fé nas escolas comuns. Assim apareceu a escola externa dos mosteiros para alunos que não se destinavam à vida monástica. O recurso a essa escola acentuou-se em seguida, devido à desorganização paulatina e ao desaparecimento da organização imperial romana do ensino. Durante a primeira Idade Média, só os mosteiros podiam proporcionar instrução, assim como também se tornaram os únicos asilos das letras, o sacrário dos manuscritos antigos zelosamente conservados, copiados com esmêro nos *Scriptoria*, salas dos mosteiros reservadas à atividade caligráfica dos monges. Lêem-se nos *Monges do Ocidente* de Montalembert passagens significativas do amor que os monges devotavam ao estudo, aos manuscritos, ao labor intelectual. Por tôda essa atividade cultural e pedagógica dos monges é que se tem escrito que os primeiros quinhentos anos da Idade Média foram, culturalmente, uma idade beneditina. Na *Autobiografia* de Walafrido Strabo, que reproduz seu diário de estudante escrito no início do século IX e reproduzida por Messer em sua *História da Pedagogia*, encontramos referência aos alunos externos de origem nobre ou plebéia que freqüentavam a escola monástica de Reichenau e que depois de um certo curso abandonavam o mosteiro, a fim de voltarem a seus castelos ou aldeias. No período carolíngio os mosteiros foram centros de vida religiosa, intelectual, pedagógica, agrícola e até comercial. Cessara a animação das cidades com o desaparecimento das grandes atividades comerciais e com a constante ameaça das invasões. O castelo era a sede da autoridade feudal, o refúgio para os momentos de perigo, em tórno do qual os camponeses lavravam a terra. Junto do castelo, erguia-se também no campo o mosteiro, núcleo de vida espiritual e social, único abrigo das letras, única escola ao alcance dos interessados naqueles tempos conturbados. Com o renascimento do comércio e a ressurreição das cidades no século XII,

o mosteiro entra a perder sua função prestimosa de agência intelectual, escolar, e as escolas episcopais das cidades os substituem em tal função. O mosteiro não pode acompanhar o surto pedagógico concomitante às transformações sociais da época. Nem podia fazê-lo a não ser que traísse sua missão, pois se era uma “escola” de perfeição espiritual, êle não surgira com o objetivo de assegurar a formação intelectual de crianças e jovens, função profana e temporal, mas que a Igreja chamará a si daí por diante, a princípio por uma imposição natural das coisas, e através dos tempos, por reconhecer que essa tarefa contribui também para o benefício espiritual do educando, para a salvação das almas.

Apesar de perder o monopólio do ensino, de ceder o passo à nova organização das escolas episcopais no século XII, os mosteiros conservaram a tradição das escolas externas até os dias de hoje, prestando um excelente serviço à cultura em todos os quadrantes da terra. Todavia, no século XII êles assumiram, freqüentemente, atitude de desconfiança, e até mesmo agressiva por parte de seus representantes, em relação ao fascínio da dialética que atraía os estudantes para as escolas episcopais. Nos mosteiros a predileção escolar, sem contar as matérias religiosas, girava em tórno da retórica. Os autores clássicos eram lidos e estudados para que em seu vergel se colhessem as flôres que esmaltariam as obras espirituais. Os clássicos eram sobretudo mestres da língua e do estilo, não do pensamento. Êste se regia pelo ideal do monge, Cristo e sua doutrina. Por isso se lê em muitos textos monásticos que *nostra philosophia* é a vida cristã, o evangelho, a conversão interior, a *metanoia*, a penitência. Um monge, bem letrado, como São Bernardo, não entendia uma dialética ou filosofia autônoma, desligada de um objetivo imediato como a contemplação das sublimes verdades da religião, a reverência ao mistério. Essa uma das razões da sua questão com Abelardo, que não foi atacado apenas devido a seus excessos teológicos, a suas temeridades no terreno do dogma. Para Marrou (7), na oposição radical que separa os dois grandes mestres do pensamento medieval encontra-se, pelo menos como componente secundário, a oposição tradicional das culturas retórica e filosófica. Hoje é fácil compreender que êsse episódio exprimia sobretudo o choque de duas mentalidades, o embate de uma cosmovisão essencialmente religiosa e mística com a nova consciência filosófica em ascensão, a superação de um tipo de trabalho escolar por outro mais consentâneo com o progresso intelectual e com as mudanças sociais que abalaram a estrutura do mundo feudal.

Em 817, os abades reunidos no sínodo de Aix-la-Chapelle decidiram que só os oblatos, candidatos à vida monástica, podiam fre-

---

(7). — Henri — Irénée Marrou, *Saint Augustin et la fin de la Culture Antique*, Paris, E. De Boccard, Éditeur, 1949, 620 págs., pág. 173.

qüentar as escolas dos mosteiros. Os reformadores monásticos dos séculos XI e XII acataram à risca essa prescrição, revelando-se mesmo hostis para com as escolas. A oposição entre estas e o claustro chega a tornar-se um tema literário entre os monges (8). Na França, cluniacenses e cistercienses suprimem as escolas externas ou confiam sua direção a um cônego ou a um clérigo. Em geral, isso não ocorreu nos mosteiros ingleses e germânicos “menos afetados pelas idéias novas”. Simultaneamente com a supressão das escolas externas ocorria na França o declínio das internas. Havia razão para isso. Os filhos incapazes ou defeituosos dos nobres eram enviados para os mosteiros. Quando Pedro Mirmet, abade de Andernes, eleito em 1161, foi tomar posse do cargo, verificou estarrecido que a maior parte dos monges apresentava defeitos corporais. O sagrado retiro albergava coxos, caolhos, remelentos, cegos, manetas. Esse espetáculo de nobres ruínas físicas a povoarem o claustro levou o abade a não mais aceitar nenhum inválido e a estabelecer um exame para todos os aspirantes. Estes deviam aprender a ler antes de entrar para o noviciado. Em Cister exigia-se para o noviço a idade de 15 anos, em Cluny a de 20. A formação abrangia instruções espirituais, leitura e meditação. Esta não se reduzia à pura cogitação abstrata, mas incluía a leitura, a memorização e domínio a fundo de um texto (9).

### III

Os clérigos não forraram esforços durante o século XII em prol dos estudos e das escolas. A maior parte dos Capítulos dispunha de uma escola. Os Concílios, desde 1079 até o III de Latrão em 1179, ditam prescrições quanto ao ensino: obrigação para as catedrais de manterem escola, provendo-a de professor que ensine gratuitamente. Ao clérigo incumbe o dever primacial do estudo. Como observa Philippe Delhaye, ninguém melhor que Filipe de Harvengt indicou os deveres dos clérigos para com o saber e o ensino.

O clérigo mal disposto, diz de Harvengt, que não se resolver pelo estudo, deve ser acusado de negligência e preguiça, pois para isto foi escolhido:

“*ut scientia caeteros debeat anteire*. Um clérigo não pode ignorar sem culpa a ciência das Escrituras” (10).

(8). — Ph. Delhaye, *obr. cit.*, pág. 228.

(9). — Dom Jean Leclerq, *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu*, Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Age, Paris, Les Éditions Du Cerf, P 1957, 269 págs., pág. 23.

(10). — Philippus de Harvengt, *De Institutione Clericorum*, Tractatus Sex, II De Scientia Clericorum, cap. XXVIII, P. L. (Migne), T. 203, cl. 700 C. 700 D.

Filipe de Harvengt não poupa os clérigos ociosos que, abandonada a escola, só pensam em acumular riquezas e honras, sendo mesmo incapazes de numa reunião arriscar-se ao uso da língua latina.

A escola de São Vitor, embora claustral, diferia profundamente das escolas monásticas, pois era dirigida por cônegos regulares que se filiavam ao movimento de renovação da vida clerical no século XII. Originou-se com Guilherme de Champeaux que, após grande atividade docente, refugiou-se no tranqüilo priorado de uma capela dedicada a São Vitor na planície a nordeste da colina de Santa Genoveva. A pedido de amigos e alunos, reabriu escola, que, de início, recebia todos os clérigos, mas depois se converteu em escola interna para os cônegos regulares da abadia. Este estabelecimento de ensino vai dever sua fama aos egrégios mestres e místicos: Hugo, Ricardo, Godofredo de São Vitor, e outros ainda.

As escolas mais notáveis e assinaladas da época, entretanto, foram as episcopais e as escolas dos capítulos seculares. Estas, em Paris, eram dirigidas pelos clérigos que serviam a uma igreja particular como a Colegial de Santa Genoveva, e aquelas pelos que funcionavam nos Capítulos das Catedrais, como a de Notre Dame da Ilha de França. Foram elas que concentraram o maior número de alunos e constituíram a sede do ensino dialético e teológico. Nelas se formavam os sacerdotes e os futuros dignitários da Igreja. Em 1147 a direção da Colegial de Santa Genoveva passou aos vitorinos, ficando a catedral como o único centro para a educação dos seculares em Paris. Com a atividade docente de Notre Dame efetivou-se, no século XII, a transferência da atividade pedagógica dos monges para o clero secular, “a grande revolução educacional do século” (11).

Dentre os membros do Capítulo da igreja colegial ou catedral um era escolhido para ser o “Escolástico”, que tinha o encargo de velar pela escola. Ora essa função recaía sobre um arqui-diácono, como em Reims e em Angers, ora era confiada a um chanceler como em Chartres, ora ao cantor do Capítulo como em Sens. Às vezes o clérigo encarregado da escola não tinha outra função. Chamava-se, então, *magister scholarium*, *caput scholae*, *magister scholaris*. Quando necessário, o Escolástico podia manter um professor para as matérias elementares. Só êle, o membro eleito pelo Capítulo, podia conceder a licença para o ensino. A extensão dessa licença favoreceu a multiplicação de outro tipo de escolas, as dos mestres agregados. A extensão da *Licentia Docenti* foi imposta pelas necessidades da época. O número dos alunos aumentava extraordinariamente. Os burgos,

(11). — Rashdall-Powicke-Emden, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, 3 vol., Vol. I, Oxford University Press, 1959, 593 págs., pág. 275.

em franco desenvolvimento, reclamavam escolas e muitos alunos almejavam seguir a carreira honrosa e lucrativa do magistério. Daí a instituição da Licença de ensinar aprovada e regulamentada pelos Papas.

#### IV

As escolas de Paris: a da Catedral, a de Santa Genoveva a princípio, e as dos mestres agregados, destacaram-se sobretudo na dialética e na teologia. As escolas de Orleães tinham predileção pelos poetas e pela *ars dictaminis*. Em Chartres dava-se mais atenção aos autores clássicos e ao quadrívio. Montpellier era, em França, o centro dos estudos médicos. O estudo do direito e da medicina pelos monges e pelos cônegos regulares foi condenado pelas autoridades eclesiásticas. O Concílio Ecumênico de 1139 vergasta a *prava consuetudo* e o detestável hábito de monges e cônegos regulares que, desprezando as regras dos santos mestres Bento e Agostinho, estudam direito e medicina *gratia lucri temporalis*, por ambição das riquezas. Com apostólica autoridade ficou vedado para êles o exercício da advocacia e da medicina (12). Em 1163, um concílio reunido em Tours, sob a presidência de Alexandre III, lembrou tais decisões e ameaçou com a excomunhão os monges e cônegos que, tendo abandonado o mosteiro para estudar direito civil e medicina, não retornassem dentro de 2 meses (13). A razão dessas proibições não era animosidade alguma das autoridades eclesiásticas para com o direito e a medicina e sim a consciência da perturbação ocasionada na vida regular dos mosteiros por essas irregularidades. O monge não optou pela vida contemplativa de oração, de meditação, a fim de viver fora dos mosteiros, curando doentes ou envolvendo-se em processos, sequioso de riqueza. Foram, por conseguinte, os abusos monacais que determinaram as prescrições conciliares e papalinas. Na segunda metade do século, a situação escolar no tocante ao direito e à medicina já começa a evoluir. Giraud, o Cambriano, em 1177, proferiu em Paris conferências sobre o Direito Canônico e alguns anos mais tarde Gilles de Corbeil, aluno da escola de Salerno e que lecionara em Montpellier, veio ensinar medicina em Paris, onde recebeu um canonicato em Notre Dame e o cargo de médico de Filipe Augusto (14).

---

(12). — Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles d'après les Documents Originaux*, T. V-1, pág. 721, Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1913.

(13). — Ph. Delhaye, *obr. cit.*, pág. 266-267.

(14). — Fliche-Martin, *Histoire de l'Eglise* — 9 — Raymond Foreville — Jean Rousset de Pina, *Du Premier Concile du Latran à l'Avènement d'Innocent III (1123-1198)*, 2ème Partie, Paris, Bloud et Gay, 1953, 388 págs; Cf. pág. 371 e seguintes.

## V

Por direito a Igreja tem jurisdição sôbre a escola. O abade controla as escolas situadas no domínio monástico e do bispo dependem as escolas da diocese. Quando o interessado mudava de residência, trocava também de autoridade. Isso, porém, não impedia as frequentes interferências de reis, príncipes e senhores nas escolas, na indicação dos mestres, na caça aos benefícios, na escolha dos bispos. A jurisdição eclesiástica não era só territorial como também se estendia ao terreno doutrinário e disciplinar. Em casos extremos fazia-se sentir a jurisdição pontifícia como na questão de Galon e do chanceler Algrin (15).

As condições para o exercício do magistério eram a *Licentia docendi*, os bons costumes e a ortodoxia, como se depreende do precioso documento que é a *Historia Calamitatum* de Abelardo. Para alguém obter a Licença de ensinar era preciso ter estudado durante certo tempo sob a direção de um mestre. Uma carta de Alexandre III aos bispos da França, por volta de 1170-1172, alude explicitamente à concessão da licença pelo *magister scholarum* como a uma prática usual. O poder do Escolástico, todavia, foi limitado por Alexandre III à jurisdição territorial da igreja, mesmo no caso de um capítulo catedralício. A licença devia ser concedida gratuitamente e não podia ser negada sem motivo razoável:

*nec docere quempiam, petita licentia, qui sit idoneus, interdicat*  
(16).

Bourbon, em seu estudo clássico: *La Licence d'enseigner*, examina com precisão o significado do termo escolástico do século VI ao XII nas escolas monásticas e clericais (17). A obrigação impos-

(15). — Paré, Brunet, Tremblay, *obr. cit.*, pág. 65.

(16). — Hefele-Leclercq, *obr. cit.*, T. V-2, pág. 1101.

(17). — Georges Bourbon, *La licence d'enseigner et le Role de l'Écolâtre au Moyen Age in Revue des Questions Historiques*, Paris, págs. 513-553, Librairie de Victor Palmé, Éditeur, 1876:

"Le résultat de nos recherches peut se résumer dans cette proposition, que les pages suivantes auront pour but de développer: *Il y a eu, au moyen âge, dans chaque diocèse, un personnage chargé spécialement par l'Église d'exercer en son nom un contrôle sur les établissements d'instruction, spécialement en ce qui concerne le choix des maîtres, d'accorder ou de refuser à ceux-ci une licence d'enseigner devenue nécessaire à partir du douzième siècle, et d'imprimer par ce moyen à l'enseignement une direction conforme à l'esprit et aux vues de l'Église.* Nous donnons à ce personnage le nom d'écclâtre, parce que, dans la plupart des textes, il porte en effet cette dénomination, traduction française du mot *scholasticus* par lequel il est généralement désigné dans les documents latins. Il importe toutefois d'observer dès maintenant que, si une unité remarquable existe quant à son rôle et à ses fonctions, les noms qu'il porte varient souvent de diocèse à diocèse. Il suffira de prévenir le lecteurs que par ce terme "Écolâtre" nous désignons ici le personnage qui délivre aux maîtres la *Licence d'enseigner*". Pág. 514.

ta aos mestres de conseguir do Escolástico a licença de ensinar, diz Bourbon, não foi um estôrvo para o ensino, mas salvaguarda, mediante certas condições, que o beneficiavam. A informação prestada pelos escolásticos equiivalia à futura função dos graus universitários. A gratuidade da escola era um princípio absoluto, cuja violação constituía um escândalo para o espírito (18). A maioria dos estudantes era pobre e, por isso, o 3.º Concílio de Latrão (11 de março de 1179) em suas disposições sôbre o ensino, base da legislação escolar, prescreve o estabelecimento de um benefício em cada igreja catedral para o sustento de um mestre, a instrução gratuita e a proibição de taxas para a concessão da licença de ensinar (19). O motivo da gratuidade do ensino, todavia, não era só a pobreza dos alunos, como também a idéia de que o saber, *donum Dei*, não pode ser vendido. Isso não impedia os abusos dos dignitários, que se prevaleciam do cargo para locupletar-se com a venda do direito de ensinar.

Quanto à disciplina, o estado clerical dos estudantes deixava-os sob a jurisdição exclusiva dos mestres. Durkheim assevera que o chicote só era usado nas escolas elementares e que, para os “artistas”, já iniciados no estudo das artes liberais, a disciplina aplicada “era de extraordinária doçura. Até o século XV não encontramos sinal de punições corporais”. Pode ser que certos versos goliárdicos aludam apenas a exceções. Revelam, entretanto, que a punição corporal funcionava: se o estudante chegava atrasado à aula, *propter graves alapas privatus est dente*, chegava a perder dentes por causa das bofetadas; *gravi palmerio tergitur tunc manus*, ficava com as mãos inchadas devido à palmatória; *cruentat et innocens propter virgam anus*, a vara ensanguentava o traseiro inocente, se o capelão não intercedesse a tempo e com êxito. . .

## VI

Ao examinar os processos didáticos em uso nas escolas do século XII, deve-se ter em mente que naquele tempo, quando a imprensa não existia, os livros eram raros e custosos, tão custosos que um missal era trocado por uma vinha, e em 1043 o bispo de Barcelona comprou dois volumes de Prisciano a um judeu por uma casa e um terreno (20).

No século XII vive-se culturalmente da herança greco-romana. A primeira tarefa intelectual que se antolhava aos estudiosos, era a

(18). — Paré, Brunet, Tremblay, *obr. cit.*, pág. 75.

(19). — Hefele-Leclercq, *obr. cit.*, T. V-2, cânon 18, pág. 1101; Lavissee-Luchaire, *Histoire de France Illustrée depuis les origines jusqu'à la revolution*, Tome III, pág. 337, Paris, Librairie Hachette, 1911.

(20). — Haskins, *The Renaissance...* chap. III, pág. 72.

assimilação do patrimônio antigo. A imitação dos bons autores permeava a originalidade do pensamento. O processo básico da assimilação intelectual nas escolas é a *lectio*, a leitura. O mestre, o doutor é o *lector*, *legens*, o leitor, o lente. As artes liberais, o direito civil, a medicina, a filosofia e a teologia eram ensinadas com base nos textos. Ler é sinônimo de ensinar. Proibir no século XIII a leitura de Aristóteles será, de fato, interdizer o ensino público de sua doutrina. O estudo das obras teóricas no trívio era acompanhado pelos dos *auctores*, os modelos e as autoridades em cada matéria. A leitura era regulada pelas normas da *expositio*: *littera*, comentário gramatical da leitura; *sensus*, simples interpretação da *littera*; *sententia*, compreensão profunda do pensamento do autor.

A *collatio* foi um exercício religioso que se trasladou naturalmente para a escola. Era uma conversa em que o mestre esclarecia dúvidas, respondia às perguntas e objeções surgidas durante o comentário. Em oposição à *collatio* havia a *contentio*, discussão estéril que nascia do desejo de ser visto e louvado, e não do amor à verdade. Na universidade, e mesmo desde fins do século XII, a *collatio* se transforma em pregação, *praedicatio*. Pedro Cantor escreve em seu *Verbum Abbreviatum*:

“O ensino da Sagrada Escritura consta de três elementos: leitura, disputa e pregação (*praedicationem*)” (21).

A glosa era o comentário escrito ao texto; interlinear, quando, escrita entre as linhas, aludia à *littera* e ao *sensus* da exposição; marginal, referia-se à *sententia*. Foi praticada nos textos gramaticais; jurídicos, dialéticos e bíblicos.

A leitura do texto, *lectio*, originava dificuldades literárias e doutrinais que, por sua vez, suscitavam discussões pró e contra uma sentença, que desembocavam numa solução, *solutio*. Foi assim, gradativo, que da *lectio* dimanou a *quaestio*, questão, estimulada principalmente pelos recursos dialéticos da Lógica Nova. A *quaestio*, entreluzente no *Sic et Non* de Abelardo, configurar-se-á magistralmente na obra de São Tomás de Aquino. É de notar que o equivalente na obra de Aristóteles da *quaestio* medieval é a *dubitatio*, a *ἀπορία*. Por isso, Boécio a definira: *Quaestio est dubitabilis propositio* (22).

A nova etapa didática, a *disputatio*, a questão discutida, assim como as *quaestiones quodlibetales*, constituir-se-ão por ocasião do pleno florescimento da Universidade e revestirão as obras-primas dos mestres do século XIII.

(21). — Petrus Cantor, *Verbum Abreviatum* 1, P. L. (Migne), t. 205, 25: “In tribus igitur consistit exercitium sacrae Scripturae: circa lectionem, disputationem et praedicationem”.

(22). — Boetius, *In Topica Ciceronis*, Lib. I, P. L. (Migne), t. 64, 1048 D.

Como se depreende da descrição que João de Salisbury faz do ensino de Bernardo de Chartres (23), o curso mais importante no dia de um estudante era o vespertino com a *lectio* e a *collatio*. O curso matinal, era dedicado à correção dos trabalhos do dia anterior e à recitação das lições. Estas deviam ser decoradas: daí a ênfase nos processos mnemotécnicos: vocabulários, resumos com perguntas e respostas, quadros sinópticos, versos mnemônicos. Afora êste recurso fundamental e insistente na memória, conseqüência da raridade dos livros, o ensino consistia em diálogos, discussões e exercícios escritos. Um ensino eminentemente ativo.

\*

\* \*

## CAPÍTULO IV

### UNIVERSITAS MAGISTRORUM ET SCHOLARIUM.

#### *A corporação dos mestres e estudantes.*

#### I

O mundo escolar no primeiro quartel do século XII é dominado pela personalidade vibrante de Abelardo, a quem adiante consagramos atenção especial. A respeito das escolas de Paris, de 1135 a 1148, e de seus ilustres professôres deparamos com preciosa informação na *Metalogicon* de João de Salisbury (1).

Mestre Alberico, dialético, foi adversário ferrenho dos nominalistas. O inglês Roberto de Melun impressionava os ouvintes com a argúcia do pensamento, o brilho e a prontidão das respostas (2). O normando Guilherme de Conches foi expoente da arte gramatical, *grammaticus opulentissimus*. Bernardo de Chartres

*“exundantissimus modernis temporibus fons litterarum in Gallia... a mais transbordante fonte do ensino das letras na Gália dos tempos modernos”* (3).

(23). — Joannes Saresberiensis, *Metalogicus*, Lib. I, Cap. XXIV, cl. 853 C, P. L. (Migne), t. 199: De usu legendi et praelegendi; et consuetudine Bernardi Carnotensis, et sequacium ejus.

(1). — As informações do Saresbericense podem ser — encaixadas em ampla perspectiva e completadas pelos trabalhos de: Lesne, *obr. cit.*, pág. 212 e seguintes; Reginald Lane Poole, *Illustration of the History of Medieval Thought and Learning*, Second edition, revised, New York, Dover Publications, 1960, 327 págs; Denifle, *obr. cit.*

(2). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. II, Cap. X, cl. 867 C.

(3). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. I, cap. XXIV, cl. 834 C.

Outro normando, Ricardo, o Bispo, emérito professor de gramática, deixou a grata lembrança de ter sido um homem bom, *vita et conversatione vir bonus*. Pedro Helia lecionou as matérias do trívio e talvez teologia. Outro inglês, Adão, conhecido como Parviptano por ensinar sôbre a Ponte Pequena (*Petit-Pont*) à entrada da cidade, era de penetrante inteligência (*acutissimi virum ingenii*), aficionado das letras (*multarum litterarum*) e notável por seu aristotelismo (4). Guilherme de Soissons era professor de dialética. Gilberto de la Porrée, alumiado professor de lógica e teologia, importante na história da filosofia, escreveu o Livro dos *Seis Princípios*, a respeito de predicamentos e que Poole denomina “um suplemento às categorias”. O inglês Roberto Pulleyn, estimado por São Bernardo, foi recomendável por sua vida e saber (*quem vita pariter et scientia commendabant*). Simão de Poissy, em teologia professor excelente, mas argumentador obtuso (*fidus lector, sed obtusior disputator*) (5). Tancredo, mestre de gramática e Gautier de Mortagne, um dos mestres mais famosos da época.

De 1148 a 1160 temos outra geração de mestres, a qual se abre com o magistério de Pedro Lombardo, o “Mestre das Sentenças”, cujo ensino e obra determinaram o rumo ascendente da teologia escolástica para as culminâncias do magistério universitário de Santo Tomás de Aquino, no século XIII. Desde a segunda metade do século XII, o *Liber Sententiarum* entra a ser lido e comentado nas escolas. Outros professôres notáveis dêsse período: Maurício de Sully, que sucedeu a Pedro Lombardo como bispo de Paris em 1161; Roberto de Melun, professor de dialética e teologia em Paris durante quase quarenta anos; Garnier, gramático.

De 1160 a 1180 repontam os nomes dos mestres Mainier, Albericano, Frederico de Corbeil, Eudes, Georges, Girard de Saint-Denis, Bernardo de Pisa, Guido, o Tesoureiro, Herbert de Boseham, Serlon de Wilton, Odão de Soissons, Simão de Tournai, Gerard Pucelle (inglês), Pedro de Blois, Filipe, Raul de Beaumont, Foulques, Hervé, Gautier de Lille, Simão Lupellus, Jean Beleth, Crispim, Pedro Comestor, o devorador de livros, autor de uma história do Antigo e do Novo Testamento, a qual, por ser utilizada nas escolas e apreciada pelos estudantes, foi denominada *Historia Scholastica*. Daí também outro cognome menos dúbio que lhe atribuíram: *Magister historiaram*.

De 1180 a 1200 ressoam em Paris as vozes de Hilduino, que sucede a Comestor como chanceler da Igreja de Paris; de Alano de

(4). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. II, Cap. X, cl. 868 C.

(5). — *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. II, Cap. X, cl. 869 A.

Lille, o poeta e teólogo que terminou seus dias em Cister; de Pedro Cantor, autor do *Verbum abbreviatum* em que recomenda a seus leitores a brevidade nas exposições e discussões. Em teologia êste se filiava à escola de Laon, que preconizava o estudo tradicional da Escritura e desdenhava as sutilezas dialéticas conforme a tradição de Abelardo e Pedro Lombardo; e também as vozes de Mestre Pedro de Poitiers, o primeiro a tecer glosas sôbre o *Livro das Sentenças* do Lombardo, de Pedro de Corbeil e Nicolau d'Amiens, autor do *Ars fidei catholicae*; do lombardo Prevostin; de Miguel, patriarca de Jerusalém em 1194; de Raul, escolástico da igreja de Colônia, dos inglêses Roberto de Courçon e Estêvão Langton; do normando Raul Ardente. João de Beauvais compôs um *Liber pauperum*, poema mnemotécnico sôbre gramática para ajudar os alunos pobres; João de la Celle foi mestre de artes liberais e Hugo, excelente médico e professor das ciências do quadrívio.

Mestre Gilles de Paris, preceptor de Luís VIII, escreveu um poema em louvor dos sábios de Paris, contestando as acusações de que a cidade era um ninho de sábios estrangeiros:

Audeat immentos commune incessere probrum  
Quod nullos habeat urbs Parisiana scientes (6).

Mestre Gilles apresenta nesse poema uma lista de sábios parisienses, na qual já se distinguem as categorias dos *Teólogos*, a grande maioria; *Artistas* como Thibaut, Leão, Adão da Ponte Grande, João da Ponte Pequena; *Juristas* como Filipe, Anselmo, Estêvão; *Médicos* como Gilles de Corbeil, que exercia a profissão de médico e ensinava medicina e escrevia em versos os resumos de suas lições. Seu tratado *Sôbre o Pulso* é dedicado aos alunos e o poema *As Urinas* a seus companheiros de casa. No fim do século XII a medicina, ensinada em Salerno e Montpellier, dava entrada em Paris.

Guilherme, o Bretão, em sua obra *De gestis Philippi* comprova essas informações de Gilles, sem declinar nomes próprios. Em Paris lecionam-se as doutrinas do trívio e do quadrívio, questões de direito canônico e civil, questões médicas e teológicas.

“Em cada um dos ramos, observa Lesne, o ensino abrange desde então em Paris: artes liberais, teologia, direito e medicina, e cada mestre está, ao menos temporariamente, fixado numa ou noutra dessas especialidades”.

Como se pode notar pela enunciação dos mestres, sua procedência variava, o que é bem indicado pelos cognomes. Se havia ilustres parisienses, muitos outros vinham de diferentes partes da França, da Inglaterra e das cidades italianas.

(6). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 253, nota 6.

Ensina Pirenne (7) que os trabalhadores urbanos passaram a organizar-se em confrarias (*fraternitates, caritates*) desde fins do século XI, imitando as guildas comerciais e as associações religiosas formadas em torno das igrejas e mosteiros, com finalidades benéficas, com seus santos padroeiros e em resposta certamente a necessidades de ordem econômica. Tal associação espontânea dos trabalhadores recebeu, outrossim, regulamentação das autoridades civis e religiosas, convertendo-se, dessa maneira, em corporações (*universitates*) de artesãos urbanos, pela metade do século XII, em grande número de cidades. Nessa época, como diz Taylor (8), a cidadania quase não protegia ninguém entre os muros da cidade. Considerando-se, então, que a população escolar de cidades como Paris, Bolonha e Oxford era cosmopolita, internacional, fácil é de perceber a necessidade que mestres e estudantes sentiam de organização, de aproximação e estreitamento dos vínculos corporativos. Demais disso, como nota Le Goff (9), o intelectual urbano do século XII sente-se como um profissional comparável aos outros artesãos: sua função é o estudo e o ensino das artes liberais. As oficinas são as escolas donde procedem as mercadorias que são as idéias.

O que se conhece da vida escolar do século XII só permite afirmar que as corporações de professores em Paris estava em formação nos fins do século, mas documento algum assinala que já se encontrassem então organizadas. A corporação dos mestres, *universitas magistrorum, magistrorum communio* só aparece constituída em 1208 com seu estatuto reconhecido e confirmado nessa data por Inocêncio III, em carta dirigida aos doutores da *sacra pagina*, dos decretos e das artes liberais em Paris (10). Por volta de 1170, diz Rashdall, a sociedade dos mestres parisienses já iniciara uma espécie de existência *however indefinite, inchoate, and rudimentary*. O período de 1150-1170, provavelmente os últimos anos desse período, viu o nascimento da Universidade de Paris (11).

O termo Universidade, por conseguinte, significava, a princípio, associação, fraternidade, guilda de professores ou estudantes. Não se

- 
- (7). — Henri Pirenne, *Histoire Économique et Sociale du Moyen-Age*, édition revue et mise à jour avec une Annexe bibliographique et critique par H. Van Werveke, Paris, P.U.F., 1963, 223 págs. Cf. Ch. VI, pág. 148.
- (8). — Henry Osborn Taylor, *The Medieval Mind, A history of the development of thought and emotion in the Middle Ages*, V. II, fourth edition, London, MacMillan and Co., Limited, 1930, 620 págs. Cf. págs. 409-410.
- (9). — Jacques Le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Age*, Paris, 1957, Éditions du Seuil, 191 págs. Cf. pág. 68.
- (10). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 260; a carta de Inocêncio III, P. L. (Migne), T. 215, 1585-6: Gaines Post, *Parisian Masters as a Corporation in Speculum*, Vol. IX, number 4, October, 1934, pág. 421-445; Halphen, *Les Origines de L'Université de Paris*, in *A Travers L'Histoire du Moyen Age*, Paris, P.U.F., 1950, 352 págs. Cf. pág. 293.
- (11). — Rashdall-Powicke, *obr. cit.*, pág. 292.

identificava, pois, com a expressão *Studium Generales*, que se torna comum no resto do século XIII. *Studium* era a escola ou a cidade em que estava situada e o adjetivo *generale* não acrescentava a idéia de totalidade de matérias a serem ensinadas, mas a de um local para onde acorriam estudantes de tôdas as partes. *Generale*, portanto, indica a Universalidade da procedência dos alunos e não universalidade de assuntos ou disciplinas. O *studium parisiense* em seus melhores dias não contou com faculdade de leis, não foi universal pelo ensino, sem embargo de o ser pela atração que o ensino teológico exercia sôbre os estudantes da Europa.

Desde os tempos de Abelardo, Paris tornou-se meca intelectual, a máxima sede da Cristandade para o ensino da Teologia. Não só os estudantes como os mestres eram imanzados pela formosa e acicalada Ilha de França, que derramava pela margem esquerda do Sena os tesouros da sabedoria. João de Salisbury relata os versos nos quais Bernardo de Chartres, *senex Carnotensis*, assinalava as chaves do saber, *discendi claves*:

Mens humilis, studium quaerendi, vita quieta,  
Scrutinium tacitum, paupertas, *terra aliena*,  
Haec reserare solent multis obscura legendo (12).

A partir do capítulo XIII do 3.º livro de seu *Didascalicon*, Hugo de São Vitor comenta êsses versos, explicando-lhes o alcance. O último capítulo é dedicado à *terra aliena*, terra estrangeira. Sim, de longínquias terras vinham mestres e estudantes para Paris, como êsse alemão que escreveu o *Didascalicon* e que aí confessa:

“o mundo inteiro é solo estrangeiro para aquêles que filosofam”.

## II

A *Historia Calamitatum* de Pedro Abelardo é um dos mais admiráveis documentos que o século XII legou à posteridade (13). Junto com o *Metalogicon* de João de Salisbury constitui notável mina de informações sôbre a vida escolar da época. Vejamos o que essa carta autobiográfica desvenda a respeito do papel de Abelardo no palco das escolas, êsse Abelardo que, no certoiro dizer de Coulton (14), foi o “João Batista do movimento universitário”.

(12). — Salisbury, *Polycraticus*, P. L. (Migne), T. 199, L. VII, Cap. 13, cl. 666.

(13). — *Historia Calamitatum*, texto crítico de J. T. Muckle C. S. M., *Mediaeval Studies*, Vol. XII, 1950, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, Toronto, Canadá, págs. 163-213.

(14). — G. G. Coulton, *Medieval Panorama*, New York, Meridian Books, 1957, 801 págs. Cf. chap. XXXI: “He died in 1142, as the John Baptist of the university movement”, pág. 394.

Abelardo nasceu no burgo do Pallet, perto de Nantes, na Bretanha, em 1079 e atribuía seu talento literário à terra natal e à família. Neste lanço inicial da epístola colhe-se um pormenor muito sugestivo. O pai de Abelardo possuía uma tintura de letras (*litteris aliquantulum imbutum*) antes de afivelar o cinturão de soldado, e inflamou-se por elas de tal paixão, que resolveu proporcionar a todos os seus filhos educação literária. Este passo revela que o gosto pelo estudo e o interesse pelos livros podiam vicejar e ser cultivados nesse tempo por rudes cavaleiros afeitos ao manêjo da espada. Sendo o filho mais velho, Abelardo mereceu do pai os melhores desvelos em prol de sua formação literária e entusiasmou-se tanto pelos estudos que renunciou à gloriosa cintilação das armas, à sua parte na herança, aos privilégios de primogênito e abandonou definitivamente a côrte de Marte para ser acalentado no seio de Minerva: *Martis curiae penitus abdicarem ut Minervae gremio educarer*. Como preferisse a dialética entre os ensinamentos da filosofia, trocou as armas da guerra pelas da lógica e antepôs aos troféus das batalhas os choques das discussões. Percorria as províncias em busca dos centros em que se cultivasse a dialética, sempre a discutir, tornando-se um êmulo dos peripatéticos. Chegou finalmente a Paris onde se fêz discípulo de Guilherme de Champeaux, famoso mestre de lógica. Isso por volta de 1100. Mas aí Abelardo entrou a se incompatibilizar com o mestre e os discípulos mais adiantados porque, sendo o mais jovem e o último a chegar, a todos levava as lampas, argumentando contra êles vitoriosamente. O que neste lanço da epístola parece vaidade e ostentação, não deixa de ser uma confissão sincera de justos desempenhos: Abelardo refutava com êxito o realismo exagerado de Guilherme na questão dos Universais, como já acutilara fundo o nominalismo de Roscelino.

*Hinc calamitatum mearum... coeperunt exordia.* Daqui principiaram minhas desventuras.

Muito jovem ainda, Abelardo acalentava o sonho de dirigir uma escola, imaginando para local de seu curso a cidade de Melun, residência real. Guilherme, ao saber disso, lançou mão de tôdas as tretas para frustrar-lhe os projetos. Mas Abelardo triunfou, e suas lições lhe valeram tal reputação de dialético, que a fama de Guilherme deu de murchar. Animado com tal êxito, Abelardo mudou a escola para Corbeil, perto de Paris, mas adoeceu devido ao trabalho excessivo e teve de buscar repouso na terra natal. Nesse ínterim, Guilherme, tângido por piedosas aspirações, ou pela ambição, como insinua Abelardo, recolheu-se ao mosteiro de São Vitor, foi eleito bispo de Châlons, continuando, porém, a dar suas aulas em Paris. Abelardo retorna, então, para com êle estudar retórica. A explanação desta disciplina,

desaparecia por fôrça das discussões dialéticas, e tanto argumentou Abelardo, que levou o mestre a mudar de opinião na questão dos Universais e a renunciar ao ensino. O substituto de Guilherme, diminuído por sua vez, ofereceu sua cátedra a Abelardo, Guilherme, porém, fêz com que seu sucessor fôsse destituído, privando assim Abelardo do curso que estava a reger, fato que ilustra muito bem o funcionamento administrativo das escolas de Paris e a questão da licença de ensinar. Abelardo, tornou a reabrir escola em Melun. Como Guilherme se retirasse com seus discípulos para o campo, a pequena distância da capital, Abelardo reentrou em Paris e abriu escola na colina de Santa Genoveva. Isso fêz Guilherme retornar às pressas a seu antigo claustro, passando seus alunos a discutir com os de Abelardo, cuja glória crescia. Nosso jovem filósofo dirige-se, então, para a Bretanha, a pedido de sua mãe, Lúcia, a fim de assistir à tomada de hábito de seu pai Berengário, no que logo o seguiu a espôsa (outra nota preciosa para os costumes do tempo). Aí Abelardo resolve estudar teologia com o mestre mais categorizado que existia, Anselmo de Laon. Foi uma desilusão. O venerando ancião não ia além das pernas, devia sua fama antes à rotina que ao engenho e à memória. No dizer pitoresco de Abelardo “quando acendia o fogo, enchia a casa de fumo, sem a iluminar”. Foi, então, que Abelardo se arvorou em professor da *sacra pagina*, comentando um trecho difícil de Ezequiel. Foi um triunfo. Anselmo, indignado, passou a perseguir-lo devido às suas lições de teologia, como Guilherme o fizera para a filosofia. Abelardo ganha, então, Paris e começa a ensinar teologia, que não estudara, confiante em seu poder dialético, prosseguindo em seus comentários sôbre Ezequiel. Sua fama alastra-se pela Europa. Os discípulos afluem das regiões mais distantes, da Normândia, da Bretanha, da Inglaterra, de Roma, “do país dos suevos e dos teutões”. Abelardo chegara a contar, diziam, com cinco mil ouvintes, dentre os quais sairiam mais tarde dezenove cardeais, mais de cinqüenta bispos ou arcebispos, um Papa, Celestino II, e o célebre tribuno Arnaldo de Bréscia (15). Abelardo colhia glória e dinheiro. Julgava-se o único filósofo do mundo: *cum iam me solum in mundo superesse philosophum aestimarem*. Mas, confessa, quanto mais avançava no caminho da filosofia e da teologia, mais se afastava, pela impureza dos costumes, dos filósofos e dos santos. Era devorado pela febre do orgulho e da luxúria. A graça divina, porém, curou-o, diz êle, da luxúria, privando-o dos meios de satisfazê-la e do orgulho com a condenação de seu livro em Soissons (16). E’ en-

(15). — Vacandard, *Abélard in Dictionnaire D'Histoire et de Géographie Ecclésiastique*, T. I, Paris, Letouzey et Ané Éditeurs, 1912, cl. 73.

(16). — No Concílio de Soissons, em 1121. Abelardo foi obrigado a queimar com as próprias mãos seu livro “De Unitate et Trinitate Divina”.

tão que Heloísa entra em cena e Abelardo conhece o paraíso do amor para logo amargar o inferno da humilhação.

Após a mutilação, Abelardo continuou com as aulas, notabilizando-se especialmente pela aplicação do método dialético à teologia. Empolgava os discípulos, tornando-se, entretanto, vítima de uma campanha difamatória por parte de Roscelino, Alberico e Lotuifo de Reims, o que o levou à condenação no concílio de Soissons. Aí andou a mão da inveja e da perfídia dos mesquinhos e incompetentes, a quem fazia sombra a fama de Abelardo. E' verdade que o filósofo do Pallet se excedera em suas lições de teologia e resvalara em impropriedades de linguagem e em erros doutrinários. Seus adversários, que se prezavam de ortodoxos, aproveitaram a deixa para extravasar dormidos ódios e ciúmes. Foi condenado sem ser ouvido e enclausurado no mosteiro de São Medardo. Por isso, diz Rémusat (17), a sentença do concílio, que a lógica absolutamente não condena, permanece uma iniquidade.

O legado papal, que atribuíra a condenação de Abelardo “à inveja dos franceses”, fêz com que fôsse removido para o mosteiro de São Dionísio em Paris. Aí Abelardo se incompatibilizou com os monges, pois de suas leituras coligira que Dionísio, o Areopagita, nunca estivera na França, com o que feria o pedestal que a tradição levantara para a glória do mosteiro. Os monges se enfureceram com o espírito crítico de nosso árdego dialeta, que se transportou para o priorado de Saint-Ayoul, em Provins, sob a proteção de Thibaut, conde de Champagne. Daí trasladou-se para um lugar deserto no território de Troyes, perto de Nogent-sur-Seine, onde construiu um oratório, o Paráclito, consagrado à Santíssima Trindade. Logo foi descoberto pelos alunos, que acorriam sequiosos de suas lições. O êrmo se povoou de choupanas e o Oratório contou com mãos numerosas que o alongaram e enrijeceram. Tal ensino campestre durou de 1122 a 1125. Acossado por seus inimigos, Abelardo vai ter à abadia de São Gildas, numa região selvagem da Bretanha, como pastor de uma malta de monges brancos e saiafrários, que tentaram assassiná-lo várias vêzes. Abelardo acabou optando pela fuga. Em 1136 vamos encontrá-lo de nôvo na colina de Santa Genoveva, onde contou entre seus discípulos a João de Salisbury e quando reeditou seus dias de glória e fascínio intelectual. Durante êsses anos redigiu e publicou muitas obras. Repentinamente, nova tormenta vem se abater sôbre êle. Seus livros: *Introdução à Teologia* e *Teologia Cristã*, trazem-lhe ao encaicho Guilherme de Saint-Thierry e São Bernardo, cujo olfato ortodoxo farejara o cheiro acre da heresia nessas obras do luminar

(17). — Charles de Rémusat, *Abélard*, T. I, Paris, Librairie Philosophique de Ladrance, 1845, 509 págs. Cf. pág. 98.

de Santa Genoveva. Abelardo comparece perante o concílio de Sens em 1141. Era uma augusta assembléia em que a corôa real de Luís VII fulgurava entre as mitras e os barões. Abelardo pretendia defender-se, discutindo com São Bernardo. Este, porém, limita-se a ler uma lista de proposições extraídas de seus escritos, intimando-o a que as renegue ou as desdiga. Abelardo apelou para o Papa e retirou-se. O concílio então condenou-lhe as proposições, reservando ao papa o pronunciamento sôbre a pessoa do autor. Abelardo parte para Roma, mas em Lyon vem a saber que Inocência II confirmara a sentença conciliar, condenando-o à clausura num mosteiro. Abelardo apelara e foi condenado sem ser ouvido. Não fôra à-toa que São Bernardo bombardeara o Papa e a cúria romana com suas cartas inflamadas contra o nôvo Golias. Pedro, o Venerável, de Cluny, essa figura portentosa do século XII, acolhe o ancião alquebrado, que é o nosso filósofo, com tôda a caridade, faz com que se reconcilie com São Bernardo, cerca-o de carinho no priorado de São Marcelo, onde Abelardo falece a 12 de abril de 1242. Tal foi o grande homem cuja eloquência e saber prepararam o movimento que deu origem à Universidade de Paris. Tal foi, com pena alígera, a trajetória coruscante e aflita do maior gênio e do professor mais brilhante do século XII. Das obras que redigiu, além das citadas, merecem reparo o *Sic et Non*, primeiro registro do método escolástico incipiente, os *Comentários sôbre a Epístola de São Paulo aos Romanos*, a *Ética* ou *Scito te ipsum*, o *Diálogo entre um Filósofo, um Judeu e um Cristão*, a *Dialética*, além de vários opúsculos de lógica.

Sôbre seu túmulo Pedro, o Venerável, fêz inscrever um epitáfio em que lhe chama “o Sócrates da Gália, o nosso Aristóteles”:

Gallorum Socrates, Plato maximus Hesperiarum,  
Noster Aristoteles, logicis quicumque fuerunt  
Aut par aut melior, studiorum cognitus  
Princeps...

### III

Como viviam os estudantes do século XII? Nem sempre é fácil distinguir os relatos da vida estudantina nessa época dos referentes ao século XIII. Comumente os livros apresentam aspectos da vida escolar atinentes à vida universitária pròpriamente dita, ou seja, desde que a Universidade já se acha plenamente organizada com suas faculdades, nações, hierarquia, graus e tradições. Muitas dessas práticas do século XIII de fato remontam ao século anterior. Podemos, todavia, rastrear algo dos costumes escolares no século XII, através de indicações fornecidas por cartas, sermões e poesias. Vimos atrás

que Abelardo renunciou à carreira militar por amor aos estudos. Outra feita é um estudante que desiste do estudo para se dedicar à vida das armas ou dos negócios. Assim, numa carta um estudante implora ao pai que se disponha a transferi-lo do estado clerical, ou seja, de estudante, para a dignidade da carreira militar, *ad decus milicie, ad quod meus, valde suspirat animus* (18). Outro confessa que não consegue aprender e por isso o pai deve providenciar sua trasladação para outro mister conveniente, ao que o pai replica que, em voltando, o filho irá negociar como seus irmãos: *negociando, lucraberis, sicut faciunt fratres tui*. Haskins observa que a maior parte da correspondência medieval chegou até nós, não como mementos pessoais ou fontes de informação histórica, mas como modelos para futuros epistológrafos. Já vimos no capítulo II, que os *dictatores* eram professores de valiosa arte de escrever cartas. Contudo, como nos lanços supracitados, sempre escapam dêsses formulários retóricos alguns apontamentos sôbre a vida de seus autores. Dos passos epistolares apresentados por Haskins colige-se que os estudantes viviam a pedir dinheiro e roupas aos pais e parentes. Lamentavam a penúria em que viviam, queixavam-se do frio, da fome e imploravam o auxílio para pagar o quarto e comprar livros. Outras cartas, de professores aos pais, desvelam as farras a que se entregavam muitos estudantes, o gôsto da taberna e do lupanar, traços peculiares não só aos estudantes daquela época como aos estudantes de todos os tempos. Lembra Haskins que

“os formulários refletem o lado mais virtuoso da vida estudantil e para uma descrição mais adequada de seus vícios e violência devemos nos voltar para os registros das côrtes, para a literatura Goliárdica e para as vigorosas denúncias dos pregadores contemporâneos” (19).

Dois sermões memoráveis dirigidos aos clérigos (estudantes) de Paris foram os que São Bernardo ali pronunciou a convite do bispo Estêvão de Senlis em 1140. De vários passos dêsse tratado bernardino (20) colhem-se aspectos da vida pecaminosa dos estudantes de então:

- 
- (18). — Charles Homer Haskins, *Studies in Mediaeval Culture*, New York, Frederick Ungar Publishing Co., 1929, 294 págs., chap. I, *The Life of mediaeval students as illustrated by their letters*. Cf. pág. 21, nota 1.
- (19). — *Idem*, pág. 34. Veja-se a carta de Pedro de Cella (1115-1183) escrita a João de Salisbury em 1164, e na qual alude aos perigos que ameaçavam as almas dos estudantes parisienses: “O Parisius, quam idonea es ad capiendas et decipiendas animas! In te retiacula vitiorum, in te malorum decipula, in te sagitta inferni transfigit insipientium corda”. Garin, *Geschichte und Dokumente*... pág. 254, Cf. nota 12 do Cap. I.
- (20). — S. Bernardi Abbatis, *De Conversione ad Clericos*. Sermo seu Liber, P. L. (Migne), T. 182, cl. 833-856.

“... quem aprovará, esbraveja o santo, os jejuns daquêles que jejuam para contendas e brigas e ferem impunemente com o punho?”.

Bernardo estraleja em boa retórica contra a gula, os excessos na bebida, a vaidade, a avareza, o ócio, o roubo, a licenciosidade, os espetáculos frívolos. Deleites carnavais e riquezas, martela o Campeão da fé, são coisas enganadoras e transitórias. Repreende os ambiciosos que usurpam as funções sagradas da Igreja, os incontinentes que profanam as ordens sagradas.

“Em nenhum outro lugar, escreve o cisterciense Ailbe Luddy, referindo-se ao Tratado da Conversão (21), a sua linguagem é tão terrível, nem se assemelha tanto à dos graves profetas de outrora”.

O espêlho mais fiel, entretanto, dos desregramentos escolares reluz nas poesias goliárdicas. Os Goliardos foram estudantes que vagavam de cidade em cidade, de copo em punho, perambulando pelas escolas e pelas estradas, freqüentadores assíduos das tabernas e bordéis. Muitos eram poetas, cujas coplas ressoavam nas côrtes de príncipes da Igreja, quando não ultrapassassem certos limites, mas que, em geral, ecoavam de preferência nas tabernas e conventículos estudantis, dada sua irreverência e a mordacidade peculiar. A literatura dos Goliardos constitui parte da literatura profana em latim, desde a metade do século XII ao fim do século XIII (22). Seus autores foram multidão, na maior parte anônimos. Eram monges vagabundos, infiéis à *stabilitas* da regra beneditina, aquêles a quem São Bento já aludia denominando-os *giróvagos*

“sempre vagando e nunca estáveis, escravos das próprias vontades e das seduções da gula...” (23);

eram clérigos seculares que abandonavam a diocese sem permissão do bispo, ou simples estudantes que elegiam por pátria a poeira da estrada, por lar a taberna e por ideal o vinho, as mulheres e a música.

A vida dos Goliardos reflete-se em suas poesias. Uma descreve a vida do estudante esbofetado e chicoteado por se atrasar para as aulas ou mendigando o sustento, vagabundo, entregue aos jogos de azar:

In taberna quando sumus,  
non curamus quid sit humus,

(21). — Ailbe Luddy, *Bernardo de Claraval*, trad. de Eduardo Saló, Lisboa, Editorial Aster, 1959, 607 págs. Cf. pág. 349.

(22). — Olga Dobiache-Rojdesvensky, *Les Poésies des Goliards*, Paris Les Éditions Rieder, 1931, 271 págs; Helen Waddell, *The Wandering Scholars*, London, Constable, 1952, 331 págs.

(23). — *Regra de São Bento*, trad. e notas de D. João de O. Ribeiro Enout, O.S.B., Salvador-Bahia, Tipografia Beneditina, 1958, 176 págs. Cf. pág. 16.

sed ad ludum properamus,  
cui semper insudamus...

Quando estamos na taberna, não curamos das preocupações terrestres, mas corremos para o jôgo, infatigável labor.

Ibi nullus timet mortem,  
sed pro Bacho mittunt sortem.

Aí ninguém receia a morte; todos confiam a Baco seu destino. Outra faz o elogio do vinho:

Vinum bonum et suave,  
bonis bonum, pravis prave,  
cunctis dulcis sapor, ave,  
mundana laetitia!

O' vinho bom, saboroso, bom para os bons, mau para os maus, sabor suave para todos, salve, alegria do mundo!

Felix venter quem intrabis,  
felix lingua quam rigabis,  
felix os quod tu lavabis,  
et beata labia!

Feliz o ventre em que desces, língua feliz a quem regas, feliz a bôca que lavas, ó lábios bem aventurados!

Mas os Goliardos também sabiam enaltecer a natureza e o amor das mocinhas puras:

Spaciari dulce est  
per loca nemorosa;  
dulcius est carpere  
iam liliium cum rosa;  
dulcissimum est ludere  
cum virgine formosa.

E' doce passear pelos bosques; mais doce colhêr aqui um lírio, ali uma rosa; dulcíssimo divertir-se com formosa donzela.

Ludo cum virginibus,  
horreo corruptas,  
et cum meretricibus  
simul odi nuptas.

Brinco com as virgens, tendo horror às defloradas, detesto as meretrizes como as mulheres casadas.

Obmittamus studia  
dulce est desipere,  
et carpamus dulcia  
iuventutis tenere.

Res est apta senectuti  
seriis intendere.

Larguemos nossos estudos, é doce fazer loucuras, gozemos dos favos da juventude. Deixemos as coisas sérias para a velhice.

Alguns desancavam a dialética:

O ars dialectica,  
nunquam esses cognita  
que tot facis clericos  
exules ac miseros!

O' arte da dialética, oxalá nunca fôsses conhecida, tu que tornas exilados e infelizes tantos clérigos!

Uma quadra famosa consagra o vício da bebida:

Meum est propositum in taberna mori,  
ut sint vina proxima morientis ori.  
Tunc cantabunt laetius angelorum chori:  
"Deus sit propitius huic potatori".

Tenciono morrer na taberna onde os vinhos estão perto da bôca do moribundo. Então os Coros angélicos entoarão alegres: "Deus seja clemente com êste beberrão".

As poesias goliárdicas afloraram ainda outros temas de predileção: o Papa, e a côrte romana, os bispos, os párocos, os monges. São versos sarcásticos, irreverentes, críticos:

Ubi bene pascatur monachus, nil  
amplius optat  
superbo et insatiabili corde.

Quando o monge se alimenta bem, nada mais deseja em seu coração soberbo e insaciável.

Sic igitur sperant caelestia regna mereri?  
Non sic impii, non sic!

Não nos esqueçamos, todavia, que os Goliardos viviam à margem da vida intelectual, não representavam sequer o estudante mediano do século XII, embora suas poesias reflitam as desordens da vida escolar. O estudante mediano praticava-as no mesmo estilo, enquanto os Goliardos se distinguiam pela *constante* irregularidade dos costumes (24).

Abelardo teria sido Goliardo?

---

(24). — Não obstante o que declarei quanto ao século XII, Jacques de Vitry apresenta uma triste descrição da vida dos estudantes de Paris no início do século XIII: "Gloriam-se da embriaguez, da libertinagem, das brigas, assuadas e até do assassinio". Frédéric Hurter, *Tableau des Institutions et des Moeurs de L'Église au Moyen Age*, traduit de l'allemand par Jean Cohen, tome III, Paris, Debécourt, Libraire Éditeur, 1843, 595 págs., Cf. pág. 419.

‘S’il fut Goliard, diz Le Goff (25), Pierre Abélard, gloire du milieu parisien, a signifié et apporté bien davantage”.

Maurice de Gandillac contesta veementemente qualquer parentesco de Abelardo com os Goliardos, irreverentes, desrespeitosos e de bom grado parasitas (26). Apesar disso, muitos reputam ter havido um certo parentesco, embora longínquo, entre Abelardo e os Goliardos, pelo menos em certa época de sua vida. Não confessa êle próprio que no auge de sua glória se entregou ao orgulho e à luxúria, embora tivesse aversão pelos comércios impuros, *Scortorum immunditiam semper abhorrebam?* Não menos verdadeiro é que com a prosperidade, *frena libidinis cepi laxare*, começou a relaxar os freios às paixões (27). Que certos traços da vida de Abelardo o aproximem dos Goliardos não é duvidoso, embora jamais tenha descido aos excessos já desenhados. Heloísa afirma em sua primeira carta (28):

“Confesso que tinhas dois talentos com que podias imediatamente seduzir os corações de tôdas as mulheres: o talento de poeta e o de cantor, que raramente, ao que sabemos, foram possuídos por outros filósofos. Com êsses dons, para repousar dos trabalhos filosóficos, compuseste tantos versos e cantos de amor, repetidos por tôda parte, devido à suavidade da letra e da música, que conservavam incessantemente teu nome nos lábios de todos, mesmo dos iletrados, que não te esqueciam graças à doçura das melodias. Era por isso principalmente que as mulheres suspiravam por teu amor e como a maior parte dêsses versos proclamassem nossas venturas, em pouco tempo me tornei conhecida em muitos rincões, o que suscitou contra mim a inveja de muitas mulheres”.

Nem todos os estudantes eram debochados, vadios ou crápulas. Muitos dêles usavam e abusavam da liberdade, provocavam os burgueses, aproveitavam-se de suas mulheres e filhas, rixavam com as autoridades, atroavam a noite de clamores, desrespeitavam a propriedade, cometiam excessos que freqüentemente terminavam em morte. Foi devido às desordens provocadas, e à reação dos burgueses que se fêz necessária a intervenção repetida do rei e do papa com os privilégios que entraram a caracterizar a corporação dos estudantes. Tal como seus mestres, êstes procediam de várias regiões da Europa. No

(25) . — Le Goff, *obr. cit.*, pág. 40.

(26) . — Maurice de Gandillac, *Sur Quelques Interprétations Recentes D'Abélard*, in *Cahiers de Civilisation Médiévale*, IVe Anné, N° 3, Juillet Septembre, 1961. Cf. pág. 299, nota 24.

(27) . — Abélard, *Historia Calamitatum*, Texte critique par Monfrin, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1959, 125 págs., alínea 256.

(28) . — Heloísa suae ad ipsum deprecatoria, ed. Muckle, *Mediaeval Studies*, Vol. XV (1953), pág. 71-72: “Duo autem fateor tibi specialiter inerant quibus feminarum quarumlibet animos statim allicere poteras, dictandi videlicet et cantandigratia quae caeteros minime philosophos assecutos esse novimus”.

século XII já se congregam em Paris os estudantes oriundos das mesmas províncias, dando início espontaneamente às “nações”, que se organizarão no século seguinte. Na cidade dos estudantes desenha-se o mesmo espetáculo que se podia apreciar nas feiras de Troyes (29). Aqui se via uma casa de alemães, e mercados e hotéis dos comerciantes de Montpellier, Barcelona, Valença, Lérida, Rouen, Borgonha, Picardia, etc. Em Provins havia o quarteirão dos lombardos, o *Vicus Allemanorum*, como em Lagny o *Vicus Angliae*. O mesmo se passou com os estudantes de Paris. Os clérigos da mesma origem, até por necessidade, visto se encontrarem em terra estranha, buscavam estreitar os laços da solidariedade regional. No século XII a nação inglesa compreendia os estudantes de língua inglesa (inglês, escoceses, irlandeses) e outros estudantes não franceses: alemães, flamengos, escandinavos, eslavos e húngaros (30). Das partes da França provinham normandos, picardos, sendo mais numerosos os galicanos: estudantes de Paris e seus arredores, além dos italianos e, mais tarde, os espanhóis.

Testemunho eloquente e autorizado sobre a situação dos estudos no fim do século XII depara-se-nos em dois sermões de Alano de Lille, que lecionou em Paris, e tal como Teodorico de Chartres, terminou seus dias em Cister. O primeiro sermão é uma “Exortação à doutrina” e encontra-se na *Suma sobre a arte da pregação* (31). Das invectivas de Alano pode-se deduzir facilmente o estado de coisas no terreno dos estudos que nele provocou a fúria parenética. Ponto líquido e certo é sua convicção a respeito da inanidade das ciências profanas e do valor absoluto e ideal dos estudos religiosos, da Sagrada Escritura. Ele não consegue sopitar a indignação, ao atentar para o fascínio que os estudos profanos exercem sobre os clérigos, ao verificar o crédito nas côrtes daqueles a quem bafejara a fortuna. O início de certa secularização em áreas de estudos e de interesses profissionais, afigura-se-lhe infâmia e aviltamento para o estilo da vida clerical, especialmente quando essa ocorrência era acompanhada, a seu ver, por máculas de ordem moral.

“Os clérigos de nosso tempo, exclama, seguem mais a escola do Anticristo que a de Cristo; dedicam-se mais à gula que à língua; colecionam libras em vez de livros; contemplam com mais prazer Marta que Marcos”.

(29). — Pirenne-Cohen-Focillon, *La Civilisation Occidentale au Moyen Age du XIe au Milieu du XVe Siècle*, Paris, P.U.F., 1941, 705 págs. Cf. pág. 91.

(30). — A. L. Gabriel, *English Masters and Students in Paris During the XIIth Century*. Extrait des *Analecta Praemonstratensia*, T. XXV, 1949, Tongerlo (Anvers), Imprimerie Saint-Norbert, s. d., 50 págs. Cf. resenha por Van Steenberghen, “*Revue Philosophique de Louvain*”, T. 52-1954, *Compte Rendu*, pág. 481.

(31). — Alanus de Insulis, *Summa de Arte Praedicatoria*, Cap. XXXVI, *Exhortatio ad doctrinam*, Migne, PL t. 210, cl. 179-181.

## Ao dizer que

“tôda a ciência envilece, tôda aula é tediosa e não existe quem leia livros”,

deve-se entender que êle se refere à indiferença notada quanto aos estudos teológicos. A Escola de Cristo está abandonada, pois ela consiste em vida e doutrina; ora, a verdadeira vida à desprezada e a doutrina sepultada. Se alguém estuda, já não tem a Deus por meta, mas busca lucro monetário ou favor humano. Nas aulas, nos estudos não se procura Cristo, e sim o dinheiro; não se busca o céu, mas a terra. Alano compara estudantes dêsse naipe a sedutores, porque

“corrompem as inocências virginais, prostituindo-as por ambição do lucro”.

O mais espantoso, porém, *omni monstro monstruosius*, é que estudantes vendam os ouvidos para ouvir e os doutores comprem-nos a fim de exporem jactanciosamente a sua ciência. A teologia venal se prostitui e, por causa do lucro, toma o lugar da meretriz.

Outrora, prossegue Alano em sua objurgatória, honravam-se os mestres; agora são conceituados os insensatos e os tolos; não se procura saber o que existe no “armário” da mente e sim no “erário”. — A quem se presta homenagens? — aos ricos; os doutores são desprezados. — Quem frequênta os palácios dos reis? — os endinheirados; os homens de letras são excluídos da côrte. Honra-se a família de Creso, despreza-se a família de Cristo.

Noutro sermão, dirigido a estudantes (32), *ve vobis qui transitis*, Alano continua no mesmo tom.

“Deus dirige-se a nós, pobres clérigos, e fala de nossos vãos e frívolos estudos, a nós que abandonamos a teologia e corremos atrás das ciências vãs e transitórias, a nós que desprezamos a ciência celeste e seguimos a vã filosofia, e, o que é pior, abandonamos a pátria celestial, preferindo os negócios terrenos”.

O clérigo que assim procede, esbraveja Alano, é um apóstata, um mercenário, pois êle não deve cobiçar o dinheiro como os legistas e os médicos nem perseguir a vanglória como os gramáticos e os dialéticos. Que lástima verificar-se como alguns consagram a flor da juventude à ciência natural e a ferrugem da velhice à teologia, como tantos são provecctos nas ciências liberais e velhos balbuciantes em teologia.

(32). — Alano de Lille, *Sermo de Clericis ad Theologiam non Accedentibus* in “*Alain de Lille-Textes Inédits*” avec une Introduction sur sa vie et ses oeuvres para Marie-Thérèse d’Alverny, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1965, 382 págs. Vide pág. 274 e seguintes.

Tal sermão constitui, sem dúvida, um libelo contra muitos clérigos que descuidavam das suas obrigações, um retrato de muita gente que se notabilizava pela incúria nos estudos e pelo afã da fortuna, mas inegavelmente êle também atesta que entre os “clérigos” ou estudantes, já se fazia sentir a inclinação para um gênero de vida não eclesiástica, para carreiras liberais do ensino e da pesquisa na filosofia e nas letras, coisa muito natural nessa reviravolta da história em fins do século XII, nessa madrugada côr-de-rosa da Universidade de Paris.

Guilherme de Conches, que lecionou em Paris por volta de 1122, esboçou no fim de seu tratado enciclopédico *De Philosophia Mundi* (33) as figuras ideais do professor e do aluno. Pelas qualidades que êle exige de ambos pode-se fazer idéia também dos seus defeitos, que Guilherme deve ter percebido por experiência própria no trato com sus colegas e discípulos.

Quem se dedica ao ensino, diz êle, deve notabilizar-se pelo amor à sabedoria, e não proceder em busca de louvores ou na esperança de compensação temporal. Se o mestre ama o próprio louvor, é certo que nunca deseja a perfeição para o discípulo, e por isso sonega ensinamentos, a fim de não ser igualado ou superado naquilo que mais ama. Se o objetivo do professor é apenas o lucro, não se preocupará com as lições, enquanto extorque dinheiro aos alunos. Muitas vêzes agradam mais as ninharias que as noções úteis. O professor que se consagrar ao magistério tangido pelo amor do saber, não subtrairá ensinamentos aos alunos, por causa da inveja, nem fugirá à verdade conhecida em vista de alguma extorsão, nem deixará de cumprir com suas obrigações, mesmo que a maior parte de seus colegas seja constituída por indivíduos relapsos, mas, pelo contrário, manter-se-á atento e diligente no tocante à própria instrução e à dos outros.

O aluno, por sua vez, não deve ser turbulento, para que não pareça ser algo, quando nada é; deve amar o professor como a um pai, ou ainda mais que um pai, pois devemos mais amor àquêles de quem recebemos benefícios maiores e mais dignos. Do pai recebemos o ser em estado rude, enquanto dos mestres aprendemos a ser sábios. Por isso, os bons mestres devem ser mais amados que os pais. Não é apenas justo que os mestres sejam mais amados, mas também é útil que nos agradem as palavras e as sentenças daquele a quem amamos, porque muitas vêzes nos desagradam as palavras de quem não amamos e por isso as evitamos e nos esforçamos para não imitá-los.

(33). — Guilherme de Conches, *De Philosophia Mundi*, L. IV, Cap. 37-38, Migne, T. I, 172, cl. 99 D.

No brevíssimo capítulo (34), em seguida, Guilherme de Conches alude a uma questão que se poderia considerar como concernente à caracterologia em relação com a didática. Julga êle que o temperamento sanguíneo é o mais apto para o ensino, mas, acrescenta, uma pessoa, apesar disso, pode ser perfeita em qualquer empreendimento, graças ao trabalho, ao esforço, porque o trabalho tudo vence, *quia labor omnia vincit*.

\*

\*

\*

#### IV

Mencionamos, no capítulo I, a opinião de Stephen d'Irsay sobre a causa final das Universidades:

“a atração das grandes carreiras indispensáveis à sociedade, ao serviço de Deus e da Igreja”.

De fato, a expansão econômica das cidades, o surto das atividades comerciais e o aumento da riqueza contribuíram para dessacralizar a vida social que até então, por força das coisas, estivera profundamente imbuída de espírito religioso, máxime no plano cultural. Os estudos só visavam ao domínio das verdades religiosas. Para quem tivesse pendores intelectuais não havia escôlha: era adotar o gênero de vida clerical ou monástico. As profissões liberais praticamente desapareceram entre as névoas dos períodos merovíngio e carolíngio. As artes liberais foram reduzidas à propedêutica da Sagrada Escritura. A filosofia, encolhida na dialética, viu-se talhada, no dizer de São Pedro Damiano, a uma serva da *Sacra Pagina*. Foi essa atitude relativa ao papel dos estudos liberais que eu atribui, no capítulo II, à influência transacta de Filão de Alexandria, o judeu que, séculos antes, possuira a mesma mentalidade peculiar, ontem como hoje, a um seminarista, a um monge, a um pastor protestante, que só visam ao serviço de Deus por vocação e imposição do ministério. Essa mentalidade que em si, com seus objetivos é compreensível e justificável, e que predominou obsedante na primeira Idade Média, continua a encontrar guarida hoje nos seminários e casas de formação religiosa, onde os estudos devem concorrer para a criação de um tipo ideal de servidor religioso ilustrado, amadurecido. Mas hoje um cristão, sem embargo de ser teocêntrico em sua mundividência e na direção de seus atos, pode cultivar uma disciplina intelectual, sem haver de jungi-la exclusivamente às exigências dos estudos teológi-

cos. Bem ao contrário, a consciência do dever de estado e a seriedade moral conclamam-no ao aprofundamento da sua matéria, à especialização crescente, ao progresso contínuo, sem outras imposições.

As condições de vida do Ocidente após as invasões germânicas, o papel assumido pela Igreja, de guardiã da cultura produziram êsse tipo de concepção dogmática do mundo, essa redução da escola à agência de instrução eclesiástica, regulada estritamente por uma teologia da educação. Tal situação, porém, não podia perdurar. O Ocidente cristão, com a herança greco-romana, não podia ficar estagnado, à semelhança de um Tibete teocrático. O cessamento das invasões, a nova tranqüilidade da vida, sujeita agora apenas às perturbações comuns a tôdas as épocas, a ressurreição do comércio e das cidades, o reavivamento do interesse pelos estudos, tudo concorria para determinar a revalorização das categorias profanas da existência, o retôrno à vida normal de uma sociedade escalonada e dinamizada pela divisão do trabalho material e intelectual. O renascimento do século XII, à distância, se me afigura, no seu sentido mais profundo, o início de um desafôgo, da libertação do homem e de sua inteligência para os empreendimentos que a vida social exige, para as realizações que, não mirando imediatamente o serviço divino, nada apresentam de reprovável, mas que, por sua vez, reclamam autonomia e desligamento das injunções eclesiásticas.

As novas condições de vida trabalharam no sentido de motivar nos homens do século XII o desejo de atividades lucrativas, além do comércio. Daí a necessidade, que então se experimentou, de estudos especializados de direito, medicina e teologia. Esta, cientificamente estruturada, embora não fôsse nenhum filão de divícias, concorria para a formação dos doutores, que assumiriam postos de responsabilidade no sôlio pontifício, na cúria romana, nas dioceses, nos Capítulos, nas escolas.

Nos primeiros tempos da Idade Média, ávidos senhores frequentemente se apossavam, pela violência, das terras dos vizinhos, segundo a lei do mais forte. Essa prática persistiu, respeitada por muitos barões das épocas posteriores, autênticos bandoleiros e saltadores de estradas, mas cujas façanhas em geral não figuram entre as lembranças heráldicas de seus descendentes atuais. Como os tempos mudassem a partir do século XI, descobriu-se que a pena podia ser um sucedâneo adequado da espada e que as apropriações injustas podiam revestir aparência legal. Tais circunstâncias novas estavam a exigir um conhecimento especial das leis e

"a emergência de uma nova classe de juristas profissionais era a bem dizer inevitável" (35).

(35). — R. R. Bolgar, *The Classical Heritage and its Beneficiaries*, Cambridge, At the University Press, 1954, 592 págs., Cf. pág. 132.

Por outro lado, era natural que a prosperidade acarretasse mais cuidados com a saúde e produzisse um aumento no número dos médicos. A procura vinha suscitar a oferta e as escolas de medicina tornaram-se uma necessidade. Até o século XII, no Ocidente, a atividade médica era desempenhada por monges, clérigos e cônegos, sendo que, de início, os primeiros prestavam serviço apenas à comunidade, cuidando dos doentes na enfermaria do claustro e no *xenodochium* em que eram recebidos os doentes pobres. Aos poucos foram dilatando o campo de seus cuidados e auferindo lucros para si mesmos ou para a comunidade. A formação dos interessados era feita, ouvindo-se um médico profissional ler e comentar Hipócrates e Galeno, consultando-se as obras especializadas das bibliotecas.

No fim do século XII os médicos continuam ministrar ensino particular aos candidatos à arte de curar, mas muitos dos mestres se haviam beneficiado da formação dada em Salerno ou Montpellier. O gosto pela medicina chegou a tal ponto que, vimos anteriormente, os concílios precisaram usar de energia para com os monges e cônegos regulares que abandonavam os mosteiros pela sua clínica particular. Esse afã hipocrático de tantos monges e cônegos podia ser indício de lúdima vocação, que as condições do tempo haviam dirigido para o mosteiro, como também podia ser suscitado pela flama ardente da caridade, ou, como acontecia freqüentemente, pelo amor ao lucro, *auri sacra fames*. Pedro de Blois, que se dedicava por ofício à teologia e já havia estudado a jurisprudência quando mômço, não se furtou ao interêsse pela medicina. Certa vez pediram-lhe para ver um doente. Após a visita, escreveu a Pedro, médico seu amigo, de quem talvez aprendera o que sabia, rogando-lhe viesse ver o doente “que podia pagar muito bem”. Descreveu-lhe os sintomas do mal, afirmando que três ou quatro médicos, já chamados, não chegaram a se entender, “mas nós nos entenderemos” (36). A necessidade de médicos bem formados era cada vez mais presente, pois os charlatães apressavam o povoamento dos cemitérios. Haskins transcreve a narrativa de um médico sírio, Thabit, de passagem pela Cristandade (37). Trouxeram ao sábio oriental um cavaleiro com um abcesso numa perna e uma mulher febricitante. Aquêlo o sírio aplicou um cataplasma que logo afastou o perigo, e a esta proscreveu certos alimentos, diminuindo-lhe a febre. De repente chega um médico Franco, que exclama: “êste homem não pode curá-los”. Dirigindo-se ao cavaleiro: “Preferes viver com uma perna só ou morrer com as duas?” — “Prefiro viver com uma só”, retorquiu o cavaleiro. Então o Franco

(36). — Pedro de Blois, *Epistola* 43, P. L. (Migne), T. 207, cl. 126; Lesne, *obr. cit.*, pág. 689.

(37). — Haskins, *The Renaissance of the 12th Century*, New York, Meridian Books, 1957, 437 págs. Cf. pág. 326.

mandou chamar um cavaleiro taurino que decepou a perna ofendida com um machado cortante, o que só foi conseguido à segunda machadada, que assegurou também a morte do paciente. Dirigindo-se então à mulher, o Franco sentenciou: “cortem-lhe os cabelos, pois está possuída por um diabo que se alojou na cabeça”. Assim se fêz e a mulher deu de comer novamente os condimentos que lhe haviam sido proibidos. A febre piorou. “O diabo penetrou-lhe no crânio”, diagnosticou o Franco, que passou a cortar o couro cabeludo da mulher em forma de cruz com uma navalha, e tanto o escarificou no centro da cabeça, que os ossos ficaram à mostra. Em seguida esfregou sal na cabeça da sofredora, que imediatamente expirou. Thabit retirou-se, confessa, tendo aprendido da medicina franca coisas que até então ignorara.

A fuga ao cultivo das artes liberais em favor da jurisprudência não era bem vista pelos adeptos da ordem tradicional, que ainda não divisavam as transformações dos tempos. Pedro de Blois julgava o direito civil incompatível com o estado clerical (38). Estêvão de Tournai tinha para si que o estudo do direito era sinal da decadência e do envelhecimento das artes liberais. Mas o gôsto da jurisprudência continuava em ascensão, seja pelo interêsse que despertavam os estudos jurídicos, seja principalmente devido à necessidade de preparo para uma carreira muito lucrativa. Esta última razão era responsável pela debandada dos estudantes para os arraiais do Digesto e das Pandectas. Príncipes e prelados concediam cargos, benefícios e vantagens aos especialistas em direito civil. Com isso sofriam a filosofia e a teologia o drama que ainda hoje aflige professôres que cultivam a filosofia, as ciências e as letras. Por isso no século XIII, Rogério Bacon supplica ao Papa que livre a Igreja do flagelo dos juristas. “Hoje, escrevia, um doutor em direito civil tem mais crédito na Igreja e é mais rãpidamente promovido às dignidades que um Mestre em Teologia. Os que se consagram à filosofia e à teologia não dispõem de recursos que lhes permitam lazer para suas investigações, nem podem comprar livros ou simplesmente viver. A consequência é que os mais inteligentes e os mais capazes para a filosofia e a teologia passam a dedicar-se ao direito civil, o que proporciona riquezas e honras, e poucos se conservam fiéis ao estudo da filosofia e da teologia, *quia cupida facultas iuris trahit multitudinem clericorum* (39).

João de Salisbury, por sua vez, não se corre de esbordoar à grande a seita dos Cornificianos (40). O humanista e amante das letras

(38). — Lesne, *obr. cit.*, pág. 680.

(39). — Rogerius Baco, *Compendium Studii Philosophici*, c. 4, ed. Brewer, 418, apud Philippe Delhaye, *L'Organisation Scolaire au XIIe Siècle*, pág. 267, in *Traditio*, Vol. V, 1947.

(40). — Salisbury, *Metalogicus*, P. L. (Migne), T. 199, L. I, cap. IV, cl. 830 C.

que, no século XII, preza mais que ninguém o ensino tradicional da Retórica, não se conformava com os Cornificianos, que reivindicavam a diminuição do curso dos estudos e das artes sermocionais, e tinham em mira as vantagens imediatas que a aprendizagem rápida lhes pudesse fornecer. Perfeitos ancestrais da maioria dos estudantes de hoje. Muitos Cornificianos iam ter às côrtes onde podiam gozar de regalos, dinheiro e honras. Outros entravam para o serviço da Igreja, virando monges ou clérigos. Muitos optavam pela medicina. Largavam-se para Montpellier ou Salerno e num abrir e fechar de olhos voltavam médicos tão bons quanto haviam sido filósofos. Entravam a praticar a medicina citando Hipócrates e Galeno, murmurando palavras misteriosas, com aforismos para todos os casos. Lembavam de modo especial dois preceitos, que punham logo em prática. O primeiro era de Hipócrates, que êles interpretavam a seu bel talante: *ubi indigentia, non laborare*, onde reina a pobreza não convém trabalhar. O outro rezava: *dum dolet, accipe*, ou seja, trata de receber teu dinheiro enquanto o doente geme...

\*

Fator essencial para a constituição da Universidade de Paris, como já vimos, foi a concessão de privilégios à corporação dos mestres e estudantes por parte de reis e papas. Fato interessante é que um dos primeiros grandes privilégios veio a beneficiar os estudantes de Paris, graças a um episódio de que participaram alunos alemães em 1200 (41). O arqui-diácono Henrique de Liège enviou seu criado a um taberna em busca de vinho. Aí o serviçal envolveu-se em discussão com o taberneiro e sua bilha quebrou-se. Foi ter, então, com seu patrão a fim de queixar-se. Logo, todos os estudantes alemães dirigiram-se apressadamente para a taberna e entraram a maltratar o vendeiro. O povo, por sua vez, revoltou-se, e com o preboste dos comerciantes à frente marchou para a estalagem na qual residiam os estudantes alemães. A casa foi invadida, e Henrique foi morto juntamente com uma ou duas outras pessoas. O rei indignado com a participação do preboste no motim, mandou prendê-lo com vários de seus parceiros. Suas casas foram demolidas, suas terras devastadas e suas propriedades confiscadas. Quanto ao preboste, ainda que os estudantes declarassem contentar-se com sua fustigação, teve

(41). — Frédéric Hurter, *Tableau des Institutions et des Moeurs de L'Église au Moyen Age, particulièrement au treizième siècle, sous le règne du Pape Innocent III*, traduit de l'allemand par Jean Cohen, Tome III, Paris, Debécourt, Librairie — Éditeur, 1843, 595 págs., Cf. pág. 410-411; Georg Kaufmann, *Geschichte der Deutschen Universitäten* (2 vol.), I, Graz, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1958, 442 págs., Cf. pág. 247 *in fine* e 248.

de escolher entre a prisão perpétua e a “prova da água”, sob condição de ser enforcado, se sucumbisse, ou, em caso de resistência, de ser banido de Paris por tóda a vida e declarado incapaz para sempre de exercer qualquer cargo público. Os burgueses foram obrigados a jurar que, se vissem um estudante ser maltratado por um de seus concidadãos, haviam de prender êste e entregá-lo aos tribunais reais. Proibiu-se-lhes também deter estudantes, mesmo no caso de sérias ofensas, ou, se o fizessem, deviam entregá-los incontinenti ao juiz eclesiástico. Todo preboste, ao tomar posse do cargo, devia jurar observância dessas disposições, juramento que continuou a ser prestado até 1592. Êsse privilégio concedido por Filipe Augusto em 1200, deixou tóda a corporação sob a jurisdição eclesiástica. Foi, digamos, uma confirmação legal, secular, de privilégio já concedido pelo Papa Celestino III, subtraindo a corporação dos mestres e estudantes à justiça secular e outorgando-lhes a jurisdição eclesiástica (42).

Foi, assim, ao sabor das circunstâncias, que, no início do século XIII a Universidade de Paris começou a organizar-se.

\*

\* \* \*

## CONCLUSÃO.

Se fôssemos estabelecer um paralelo entre a origem da Universidade de Paris e a de outras universidades européias da Idade Média, poderíamos encontrar pontos de contacto na ordem de sua causalidade. Do que deixamos assentado neste trabalho, os fatores determinantes para o aparecimento da Universidade de Paris encontram-se no aumento e na diversificação do saber que se operou no decurso do século XII; no papel de liderança e na concentração das funções escolares desempenhadas pelas escolas episcopais nos centros da vida urbana, consequência da restauração das cidades, da ressurreição do comércio; no aparecimento das corporações de mestres e alunos. Por outro lado, organizadas as primeiras universidades, o movimento de sua implantação em vários pontos da Europa por autoridades civis e eclesiásticas obedecia ao padrão das universidades já existentes. Ora, pode-se dizer que os dois primeiros fatores “aconteceram” por um imperativo histórico, pelo jôgo de várias causas imprevistas, peia concatenação de eventos políticos e econômicos, aconteceram, digo, pela primeira vez, no Ocidente, em determinadas regiões da Europa,

(42). — Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités*, T. I, Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, 372 págs. Cf. pág. 66.

alcançando depois, por irradiação e influências, outros rincões de início alheios a tais sucessos, mas que passaram, então, a incorporar-se na marcha da renovação social por meio de um processo de evolução natural dos acontecimentos, como na Inglaterra, ou por imposição administrativa, como em Portugal, desde que se tenha em mente que os focos do movimento comunal e da restauração do comércio foram as cidades italianas e do norte da França, especialmente da região da Flandres.

Criado o modelo das universidades, com a organização das primeiras, a disseminação desse tipo de escolas ficava daí em diante na dependência de um quarto fator, constituído pela iniciativa de algum papa, ou bispo, rei ou príncipe.

No caso de Paris, os fatores, dos quais posteriormente os historiadores tomaram consciência por meio da análise histórica, reuniram-se espontaneamente, foram surgindo ao sabor das circunstâncias, sem premeditação nem plano.